



PREFEITURA MUNICIPAL DA BARRA
~~Av. 02 de Junho, 70, CEP 47.100-000, TEL: (74) 3662-2101, Barra - Bahia~~

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA/BA**

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DE COLETA SELETIVA (CS) E ATIVIDADES CORRELATAS



SUMÁRIO

PREÂMBULO	04
1. CONDIÇÕES GERAIS	04
2. DEFINIÇÕES	08
3. OBJETO	20
4. PRAZO, EFICÁCIA E VALOR DO CONTRATO	26
5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	27
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	29
7. SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE).....	31
8. Local de Retirada do Edital: na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA - BA, no endereço acima ou no endereço eletrônico licitacao@barra.ba.gov.br/OBTENÇÃO DO EDITAL.....	32
9. ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL.....	33
10. EXIGÊNCIAS DO EDITAL	33
11. CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES	34
12. DOCUMENTAÇÃO	36
13. GARANTIA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO – ENVELOPE 1.....	42
14. PROPOSTA DE PREÇO E JULGAMENTO – ENVELOPE 2.....	50



15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 3	54
16. PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO E ANÁLISE/JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	67
17. VISTORIA POR PARTE DA LICITANTE.....	73
18. AVISOS, COMUNICAÇÕES E Local de Retirada do Edital: na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA - BA, no endereço acima ou no endereço eletrônico licitacao@barra.ba.gov.br	74
19. RECURSOS.....	75
20. REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO	76
21. HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E PRAZO DE ASSINATURA DO CONTRATO.....	77
22. CONDIÇÕES PRECEDENTES À ASSINATURA DO CONTRATO	77
23. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	78
24. CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO	80
25. BENS	80
26. OBRIGAÇÕES E DIREITOS	81
27. ASSUNÇÃO DE RISCOS	81
28. REVISÃO	81
29. REAJUSTE	82
30. EXTINÇÃO	82
31. SUBCONCESSÃO	82
32. SUBCONTRATAÇÃO	82



PREFEITURA MUNICIPAL DA BARRA

~~Av. 02 de Junho, 70, CEP 47.100-000, TEL. (74) 3662-2101, Barra - Barra~~

SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS82

34 ANEXOS DO EDITAL88



PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na Cidade de BARRA, Estado da Bahia, à Avenida 02 de Julho, nº 70, Barra, Bahia | CEP: 47.100-00, através do agente de contratação, nomeada pela Decreto nº 033/2024, torna pública aos interessados a presente **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, objetivando selecionar a melhor **PROPOSTA** para a **CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DE COLETA SELETIVA (CS) E ATIVIDADES CORRELATAS.**

1. CONDIÇÕES GERAIS

A presente **LICITAÇÃO** será regida pelas regras previstas neste **EDITAL** e nos seus **ANEXOS**, pela Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 (Lei Geral de Licitações); Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei Geral de Concessões); Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Parcerias Público-Privadas); Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS) e seu decreto regulamentador: Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022; Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (Lei Nacional do Saneamento Básico —LNSB) e seu decreto regulamentador: Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010;pelo Contrato e pelas demais normas vigentes sobre a matéria, incluindo suas alterações posteriores.

O **MUNICÍPIO** do **BARRA** optou por usufruir dos serviços de **TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA (RPU), e RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD)**, que serão prestados pela **LICITANTE** vencedora deste certame após a assinatura do **CONTRATO DE CONCESSÃO**.



A **CONCESSÃO** dos serviços objeto desta **CONCORRÊNCIA** foi publicado subsequentemente a realização da audiência pública realizada em 19 de novembro de 2024 referente ao presente projeto, bem como a partir da aprovação dos estudos e projetos da Manifestação de Interesse Privada ("MIP") pela Prefeitura Municipal de **BARRA**.

O ato de justificação e autorização da **CONCESSÃO** foi publicado no Diário do Município de **BARRA**, está disponibilizado no site da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** Lei municipal nº 006/2024, publicada no dia 20 de março de 2024, observando-se o quanto disposto no artigo 5º, da Lei Federal nº 8.987/1995, e no artigo 10, I, da Lei Federal nº 11.079/2004.

O **EDITAL** desta **LICITAÇÃO**, o **CONTRATO DE CONCESSÃO**, bem como o projeto e demais documentos foram submetidos à **CONSULTA PÚBLICA**, nos termos do art. 10, VI, da Lei 11.079/2004, e do art. 11, IV, da Lei nº 11.445/2007, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação, no **DIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BARRA**, está disponibilizado no site <https://ecoparque.hpdesign.com.br/> e no sítio eletrônico da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**.

A **LICITAÇÃO** foi também precedida de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, realizada no dia 19 de novembro de 2024, às 09 horas, conforme publicação no **DIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BARRA**, está disponibilizado no Diário Oficial da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**, e no sítio eletrônico da mesma, observando-se o quanto disposto no art. 11, IV, da Lei 11.445/2007, da Lei Federal nº 14.133/21, e no art. 10, da Lei nº 11.079/2004.

As contribuições obtidas na **CONSULTA PÚBLICA** e na **AUDIÊNCIA PÚBLICA** foram devidamente analisadas nos autos do Procedimento Licitatório Concorrecia 03/2024, e incorporadas a este **EDITAL**, quando pertinentes.

O **EDITAL** e seus **ANEXOS**, referentes à presente **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, poderão ser obtidos remotamente, através no endereço no endereço eletrônico licitacao@barra.ba.gov.br, ou presencialmente, de segunda a sexta feira, das 08hs até às 13:30 horas, na sede na cidade de Barra, Estado da Bahia, à Avenida 02 de Julho, nº 70, Barra, Bahia | CEP: 47.100-00.

O aviso de **LICITAÇÃO** foi objeto de publicação no **DIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BARRA**, está disponibilizado no site da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** em Av. 02 de Julho, 70, CEP 47.100-000, TEL: (74) 3662-2101, Barra- Bahia; Local de Retirada do Edital: na



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA - BA, no endereço acima ou no endereço eletrônico licitacao@barra.ba.gov.br, bem como em jornal de grande circulação do Estado da Bahia. Alterações e retificações posteriores ao aviso obrigarão a todos os participantes desta **LICITAÇÃO** e serão divulgadas nos canais de comunicação previstos neste **EDITAL**.

Os interessados poderão se cadastrar perante a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**, a fim de receber informações a respeito da **LICITAÇÃO**, bem como eventuais alterações do **EDITAL**, via e-mail. Para fins de cadastro, deverão ser encaminhados os seguintes dados: a) razão social da interessada; b) CNPJ; c) pessoa física responsável, com e-mail e telefone.

A falta de cadastramento não impedirá a participação no certame, mas inviabiliza o recebimento de informações a ele relacionadas, via e-mail. Neste caso, os interessados somente terão conhecimento dos atos referentes à **LICITAÇÃO** através dos informes públicos divulgados na forma da Lei.

Assim como o pedido de cadastramento, todo e qualquer questionamento ou solicitação relacionados a este **EDITAL** e seus **ANEXOS** também poderão ser encaminhados através do e-mail: licitacao@barra.ba.gov.br.

Os serviços a serem prestados pela **CONCESSIONÁRIA** serão regulados e submetidos ao controle e fiscalização da AGERSA — Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia, na qualidade de órgão regulador dos serviços objeto da **CONCESSÃO** no Estado da Bahia, até que seja constituída uma Agência Reguladora Municipal específica para o exercício de tais atividades. Desta forma, a **CONCESSIONÁRIA** deverá observar as normas editadas pela **AGÊNCIA REGULADORA**, cujas atividades e obrigações estão detalhadas no **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

O valor estimado do **CONTRATO**, durante o prazo de vigência inicial da **CONCESSÃO**, é de R\$157.383.366,59 (cento e cinquenta e sete milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), base para o mês de julho de 2024.

O **PRAZO** inicial do **CONTRATO DE CONCESSÃO** será de 30 (trinta) anos, contados a partir do efetivo início da sua vigência, observando-se as disposições da **CLÁUSULA 4** do **CONTRATO**.

O **OBJETO** do **CONTRATO** é a **CONCESSÃO** da **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE**



ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA, MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO, na forma descrita no **CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I do EDITAL)**. Não se incluem nos serviços concedidos os serviços de limpeza e conservação de logradouros públicos, tais como varrição das vias e áreas públicas, capina, podas, cuja prestação incumbirá diretamente ao **MUNICÍPIO** ou à(s) empresa(s) por ele contratada.

Para fins de julgamento, será adotado o **CRITÉRIO MENOR PREÇO**, através do critérios de menor valor de **CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA** do serviço público a ser prestado, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.987/95, e no artigo 12, II, da Lei 11.079/2004.

As **PROPOSTAS** e demais documentos necessários à participação na **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**;

O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (ON-LINE): do dia 25 de novembro de 2024 ao dia 27 de dezembro de 2024 até às 09 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS (ON-LINE): às 09h 30min do dia 27 de dezembro de 2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (LANCES): às 10h 00min do dia 27 de dezembro de 2024.

LOCAL: www.bllcompras.com (www.bll.org.br "Acesso BLL Compras").

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital completo e demais informações serão disponíveis também na plataforma www.bllcompras.com. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (74) 3662-2101.

2. DEFINIÇÕES

Para fins deste **EDITAL** e seus **ANEXOS** ou de qualquer outro documento relacionado ao certame, os termos listados a seguir, quando empregados, no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados estabelecidos neste item, salvo se do contexto resultar sentido claramente diverso.

- **ADJUDICAÇÃO:** ato pelo qual a autoridade competente atribui à **LICITANTE** vencedora (“**ADJUDICATÁRIA**”) o **OBJETO** da **LICITAÇÃO**.



- **AGÊNCIA REGULADORA:** é a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA), que exercerá, enquanto não for criada uma Agência Reguladora Municipal, as atividades de regulação, controle e fiscalização da **CONCESSÃO**, nos termos do **CONTRATO** e da legislação deregência.
- **ANEXOS:** são os documentos que integram o presente **EDITAL**.
- **ATIVIDADES CORRELATAS:** engloba outras atividades a serem exercidas pela **CONCESSIONÁRIA**, como a prestação de outros serviços ou exercício de outras atividades que lhe sejam autorizadas pelo **PODER CONCEDENTE**, mediante a exploração de atividades correlatas e complementares, que gerem **RECEITAS ACESSÓRIAS**.
- **AUTORIDADE SUPERIOR:** autoridade encarregada de avaliar a validade dos atos praticados no âmbito do procedimento relativo à **LICITAÇÃO**, sobretudo no tocante à conformidade destes com as regras constitucionais, legais e editalícias. Incumbirá a esta autoridade, também, eventual reexame de recursos administrativos, bem como a homologação do certame e a adjudicação do objeto da **LICITAÇÃO** à **LICITANTE** vencedora.
- **BENS NÃO REVERSÍVEIS:** são aqueles bens que perderam as características de reversibilidade, bem como os bens de uso administrativo e/ou não essenciais e não vinculados à prestação dos serviços, que possam ser eventualmente utilizados pela **CONCESSIONÁRIA** na execução do **CONTRATO**.
- **BENS REVERSÍVEIS:** são todos os bens móveis e imóveis, imprescindíveis, essenciais e vinculados à execução do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, adquiridos pela **CONCESSIONÁRIA** ou que tenham lhe sido cedidos pelo **PODER CONCEDENTE**, ao longo de todo o prazo do **CONTRATO**, os quais reverterão em favor do **PODER CONCEDENTE** após o término, por qualquer razão, da **CONCESSÃO**, estando excluídos do conceito os **BENS NÃO REVERSÍVEIS**.
- **CADERNO DE ENCARGOS:** é o documento correspondente ao **ANEXO I**



deste Edital, elaborado a partir dos estudos técnicos, econômicos e de mercado preliminares, que contém os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o **OBJETO** deste processo licitatório e do respectivo **CONTRATO**.

- **CAPEX:** valor nominal correspondente ao total dos investimentos previstos para a implantação dos serviços e bens necessários à realização da exploração da **CONCESSÃO** pela **CONCESSIONÁRIA**.
- **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS:** unidade a ser instalada pela Concessionária, a partir do primeiro ano do **CONTRATO**, sob sua inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, que será administrado e operado pela direta ou indiretamente **CONCESSIONÁRIA**. Corresponde ao local de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores, se necessário, com o intuito de evitar danos à saúde e à segurança públicas e de minimizar os impactos ambientais.
- **CONTA DE ARRECADAÇÃO:** conta da prestadora de água e esgoto, administrada por instituição financeira, com a função de arrecadar, de forma centralizada, os recursos provenientes da cobrança conjunta das tarifas de água/esgoto e de RDO, com um único código de barras, realizada pela prestadora de serviços de água e esgoto, conforme estabelecido no **CONTRATO**.
- **CONTA TRANSITÓRIA:** conta da **CONCESSIONÁRIA**, administrada por instituição financeira, destinada a receber os repasses provenientes da **CONTA DE ARRECADAÇÃO** no que se refere à TUF, a qual deverá observar as condições previstas no **CONTRATO DE CONCESSÃO**.
- **COLETA SELETIVA:** coleta de resíduos sólidos previamente segregados



conforme sua constituição ou composição (PNRS).

-
- **COLIGADA:** qualquer pessoa ou fundo submetido à influência significativa de outra pessoa ou fundo. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida a influência significativa quando se verificar a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem que se possua o seu efetivo controle.
 - **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO:** comissão instituída para receber, examinar e julgar a **GARANTIA DA PROPOSTA**, os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e as **PROPOSTAS**, bem como conduzir os procedimentos relativos à **LICITAÇÃO**.
 - **CONCESSÃO:** delegação da prestação dos serviços objeto da **LICITAÇÃO**, para a **CONCESSIONÁRIA**, pelo **PRAZO** previsto no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004.
 - **CONCESSIONÁRIA: SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**, constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de executar o **OBJETO** do **CONTRATO**.
 - **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** ou **CONCORRÊNCIA:** procedimento licitatório adequado e exigido pela legislação de regência, para a outorga de concessões dos serviços públicos.
 - **CONSÓRCIO:** grupo de pessoas jurídicas que se unem objetivando agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na **LICITAÇÃO**.
 - **CONTRATO** ou **CONTRATO DE CONCESSÃO:** é o instrumento jurídico firmado entre as **PARTES** com o objetivo de regular os termos da **CONCESSÃO** objeto deste **EDITAL**.



- **CONTROLADA:** qualquer pessoa ou fundo de investimento cujo **CONTROLE** é exercido por outra pessoa ou fundo de investimento.
- **CONTROLADORA:** qualquer pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar que exerça **CONTROLE** sobre outra pessoa ou fundo de investimento.
- **CONTROLE:** é o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.
- **CRITÉRIO MENOR PREÇO:** trata-se do critério estabelecido para o julgamento das **PROPOSTAS**, na forma da Lei Federal nº 8.987/95, cuja verificação se dará através do menor valor da **CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA** do serviço público a ser prestado, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
- **DESTINAÇÃO** ou **DISPOSIÇÃO FINAL:** é a destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, o tratamento com tecnologias de beneficiamento de resíduos ou outras formas de destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), entre elas a disposição em **ATERRO SANITÁRIO** regularmente licenciado, observando-se as normas operacionais específicas previstas neste EDITAL e seus ANEXOS, bem como na legislação vigente, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, bem como minimizar



os impactos ambientais adversos.

-
- **DIRETOR DA SESSÃO:** representante da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** que conduzirá a **SESSÃO PÚBLICA** da **LICITAÇÃO**, em nome da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, segundo as disposições do **EDITAL**.
 - **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** é o conjunto de documentos apresentados pela **LICITANTE**, conforme os termos e condições do presente **EDITAL**, que atestam a sua capacidade para firmar o **CONTRATO** de **CONCESSÃO**, caso vencedora da **LICITAÇÃO**.
 - **D.O.M ou D.O ou DIÁRIO OFICIAL:** Diário Oficial do Município de Barra.
 - **ECOPONTO:** Pontos de Entrega Voluntária de Materiais Inservíveis em pequeno volume (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos).
 - **EDITAL DE CONCORRÊNCIA** ou **EDITAL:** é o presente instrumento, que contém o conjunto de instruções, regras e condições necessárias à orientação do procedimento administrativo de seleção da **CONCESSIONÁRIA** apta a receber a outorga da **CONCESSÃO**.
 - **EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
 - **ENVELOPE 1:** envelope contendo a **GARANTIA DA PROPOSTA** e **DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO**, nos moldes previstos no subitem 13 deste Edital, denominado simplesmente como envelope da **GARANTIA DA PROPOSTA**.
 - **ENVELOPE 2:** envelope contendo a **PROPOSTA DE PREÇO** da **LICITANTE**.



- **ENVELOPE 3:** envelope contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da **LICITANTE**.
- **ENVELOPE** ou **ENVELOPES:** corresponde a cada um ou a todos os envelopes que contêm a documentação das **LICITANTES**, a saber: **ENVELOPE 1, ENVELOPE 2, e ENVELOPE 3**.
- **GARANTIA DA PROPOSTA:** a garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas **LICITANTES**, para assegurar a manutenção da **PROPOSTA**, bem como das demais obrigações assumidas pela **LICITANTE** em razão de sua participação na **LICITAÇÃO**, nos termos deste **EDITAL**.
- **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** a garantia do fiel cumprimento das obrigações do **CONTRATO**, a ser mantida pela **CONCESSIONÁRIA** em favor do **PODER CONCEDENTE**, nos montantes e nos termos definidos neste **EDITAL** e no **CONTRATO**.
- **GRUPO ECONÔMICO:** para efeitos deste **EDITAL**, compõem o **GRUPO ECONÔMICO** da **LICITANTE**, as sociedades **COLIGADAS, CONTROLADAS, CONTROLADORAS**, sob **CONTROLE** comum ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, da Lei Federal n.º 10.406, de 2 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro) e do artigo 278, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, gestores ou acionistas (com mais de 10% – dez por cento – de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.



- **HOMOLOGAÇÃO**: ato pelo qual a Prefeitura Municipal de BARRA, após verificar a regularidade dos atos praticados, ratifica o resultado da LICITAÇÃO.
- **INDICADORES DE DESEMPENHO ou QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO (QID)**: conjunto de critérios e especificações técnicas constantes do **ANEXO IV** do **EDITAL**, referentes às metas e aos padrões de qualidade da prestação dos serviços, que serão utilizados para aferição do desempenho e para determinar a remuneração devida à **CONCESSIONÁRIA**.
- **LICITAÇÃO**: é o presente processo de **CONCORRÊNCIA** realizado pela Prefeitura Municipal de BARRA para a outorga do **OBJETO** da **CONCESSÃO**.
- **LICITANTE** ou **PROPONENTE**: pessoa jurídica que concorre à **LICITAÇÃO**, isoladamente ou reunida em **CONSÓRCIO**.
- **OBJETO**: exploração e prestação dos serviços de **TRATAMENTO e DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE** adequada dos resíduos sólidos domiciliares (RDO), dos resíduos da construção civil e demolição (RCD) e coleta seletiva (CS) e atividades correlatas, no município de BARRA.
- **OPEX**: valor nominal estimado referente aos custos e despesas operacionais ao longo do **PRAZO** de exploração da **CONCESSÃO**.
- **PARTES**: o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA**.
- **PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEV)**: é um equipamento desenvolvido para realizar o acondicionamento, o manuseio e o transporte de resíduos sólidos da coleta seletiva.
- **PODER CONCEDENTE**: a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**.



- **PRAZO:** é o **PRAZO** de duração da **CONCESSÃO**, correspondente a 30 (trinta) anos, contados a partir do início da vigência do **CONTRATO**, na forma da sua Cláusula 6, podendo ser prorrogado, por até 5 (cinco) anos, dentro dos termos e condições fixadas no **CONTRATO**.
- **PROPOSTA DE PREÇO:** é a **PROPOSTA** relativa às condições econômico-financeiras apresentada pela **LICITANTE**, de acordo com os termos e condições deste **EDITAL**.
- **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** são as receitas oriundas de atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, autorizados, no que couber, pelo **PODER CONCEDENTE**, compreendendo: i) os valores da venda, a terceiros, de subprodutos ou serviços resultantes do processamento dos resíduos recebidos; ii) os valores de serviços de gestão de resíduos a terceiros, públicos ou privados; iii) outras receitas de atividades não previstas na proposta, tais como publicidade, entre outras.
- **RECEITAS ORDINÁRIAS:** são as receitas originárias da remuneração mensal paga pelo **USUÁRIOS** (“TUF — TÁRIFA DO USUÁRIO FINAL”) e pelo **ENTE PÚBLICO** (“*CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA*”), pela prestação dos serviços públicos prestados por parte da **CONCESSIONÁRIA**.
- **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:** é a operação realizada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico- financeiro do **CONTRATO**, por fatos ocorridos durante a sua execução, supervenientes, portanto, à apresentação da **PROPOSTA DE PREÇO**



(ANEXOS A, B e C), que representem onerosidade excessiva para a **PARTE** que o requerer, o que inclui novos serviços ou investimentos solicitados pelo **PODER CONCEDENTE**, bem como fatos imprevisíveis que afetem a execução do ajuste contratual.

- **REPRESENTANTES CREDENCIADOS:** pessoas autorizadas a representar as **LICITANTES** em todos os atos relacionados à **CONCORRÊNCIA**.
- **RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU):** resíduos obtidos na operação de limpeza urbana e de logradouros realizada pela Prefeitura, tais como varrição, poda, capina, entulho e volumosos.
- **RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO):** resíduos sólidos gerados em unidades residenciais, uni ou multifamiliares, e resíduos comerciais com características similares aos domiciliares.
- **RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS** ou **RSU:** são aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas (RDO) e os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana (RPU).
- **RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD):** resíduos gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.
- **SESSÃO PÚBLICA:** evento de abertura dos **ENVELOPES 2 e 3** e de classificação das **PROPOSTAS**, do qual poderão participar os **LICITANTES** cuja **GARANTIA DE PROPOSTA** e demais documentos do **ENVELOPE 1** tenham sido admitidos.
- **SISTEMA:** todo o sistema de **TRATAMENTO** e **DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE** adequada dos resíduos sólidos domiciliares (RDO), dos



PREFEITURA MUNICIPAL DA BARRA

Av. 02 de Junho, 70, CEP 47.100-000, TEL. (74) 3862-2101, Barra - Barra

resíduos públicos urbanos (RPU), dos resíduos de construção e demolição (RCD) do Município de Barra, que deverá ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, tal como definido pelo **CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I DO EDITAL)**.

- **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** ou (**SPE**): é a sociedade que será constituída pela **LICITANTE**, vencedora da **LICITAÇÃO**, sob a forma de uma sociedade anônima ou sociedade limitada, para a consecução do **OBJETO** da **CONCESSÃO**.
- **SUBCONTRATADAS**: são as empresas indicadas pela **CONCESSIONÁRIA** para o desenvolvimento de quaisquer atividades relativas à execução do **OBJETO** da **CONCESSÃO**.
- **CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA (CP)**: é a denominação da remuneração a ser paga à **CONCESSIONÁRIA**, em função da prestação dos serviços descritos neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, de acordo com as periodicidades definidas.
- **TARIFA**: é a denominação da remuneração a ser paga à **CONCESSIONÁRIA**, em função da prestação dos serviços descritos neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, de acordo com as periodicidades definidas, dividindo-se em **TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)**, **TARIFA DO ENTE PÚBLICO (TEP)** e **TARIFA ALTERNATIVA DO USUÁRIO FINAL (TAUF)**.
- **TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)**: trata-se do valor cobrado para os usuários pela prestação dos serviços de destinação final de de **RDO**, calculado na forma prevista no **PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL (ANEXO I do EDITAL)**.
- **TARIFA DO ENTE PÚBLICO (TEP)**: trata-se do valor cobrado por tonelada dos **MUNICÍPIOS** da região circunvizinha pela prestação dos serviços de transbordo (transferência) e destinação final de de **RDO**, **RPU** e **RCD**,



calculado na forma prevista no **PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL**
(ANEXO I do EDITAL).

- **TRATAMENTO:** processo que envolve alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas dos **RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS** e que visa recuperar, separar ou neutralizar determinadas substâncias neles presentes, de modo a reduzir sua massa e volume.
- **UNIDADE DE COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS (UCO):** instalação onde são processados os resíduos orgânicos.
- **USUÁRIO ou USUÁRIOS:** a população do **MUNICÍPIO**, de quem será cobrada a **TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)** pelos serviços vinculados, que compreendem o tratamento e a destinação ou disposição final ambientalmente adequada dos **RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO)**, na forma definida e permitida pela legislação.
- **VERIFICADOR INDEPENDENTE:** empresa de consultoria especializada que poderá ser contratada pela **AGÊNCIA REGULADORA**, às suas expensas.

3. OBJETO

A **CONCESSÃO** a ser outorgada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** à **LICITANTE** vencedora do certame terá por **OBJETO** os **SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA, MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**, tudo de acordo com as condições de execução definidas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

- 3.1. Os serviços concedidos, detalhados no **CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I DO EDITAL)** podem ser assim resumidos:



**3.1.1. ~~SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES~~
DOS MUNICÍPIOS (RDO):**

Compreende a **TRATAMENTO** e a **DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES (RDO)** nas zonas urbana, rural e áreas de difícil acesso do **MUNICÍPIO**, conforme detalhado no **CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I do EDITAL)**.

3.1.2. SISTEMA DE RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU):

Compreende o **TRATAMENTO** e a **DESTINAÇÃO FINAL** dos resíduos decorrentes dos serviços de limpeza urbana (RPU), a exemplo de varrição, capina e poda. Destaca-se que não são **OBJETO** da **CONCESSÃO** os serviços de limpeza urbana (varrição, capina e poda), mas apenas a **DESTINAÇÃO FINAL** dos resíduos produzidos na realização da limpeza urbana.

3.1.3. SISTEMA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD):

Compreende a **TRATAMENTO** e a **DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PÚBLICOS URBANOS (RPU)** nas zonas urbana, rural e áreas de difícil acesso do **MUNICÍPIO**, conforme detalhado no **CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I do EDITAL)**.

3.1.4. DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:

A **DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE** adequada compreende a destinação segura de resíduos de **RDO**, de **RPU**, e de **RCD** em Aterro Sanitário, observando-se as normas operacionais específicas, de modo a



evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

A vida útil projetada para a **CVR** a ser construída deverá ser superior a 30 (trinta) anos. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever uma ampliação (caso necessário) ou construção de uma nova **CVR** para o período posterior ao encerramento da vida útil da **CVR** que será construída para atendimento ao **MUNICÍPIO**, cujo início da implantação se dará, no mínimo, com antecedência de 02 (dois) do encerramento da vida útil desta Célula de Aterramento anteriormente mencionada.

Ao final do **CONTRATO** (30º ano), a destinação final deverá ser direcionada à nova unidade de **CVR** ou deverá ser realizada (caso necessário) a ampliação da **CVR** existente, de responsabilidade da Concessionária.

- O **SISTEMA de DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS** tem como ponto central a implantação do “**COMPLEXO BARRA SUSTENTÁVEL**”, que engloba:
 - 3.1.4.1. A Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, operação, encerramento e pós encerramento da **CVR**, na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;
 - 3.1.4.2. A Implantação e Operação de Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO), na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;
 - 3.1.4.3. A Construção e Operação da **UNIDADE DE RECICLAGEM DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO**, na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;
 - 3.1.4.4. A Implantação e Operação de Viveiro de Mudas;
 - 3.1.4.5. A Implantação e Operação de uma Trilha Ecológica, através da qual os visitantes conhecerão o Sistema Integrado de Resíduos Sólidos e seus reflexos;
 - 3.1.4.6. A Implantação e Operação de um Centro de Educação Ambiental com ações de integração diárias, que receberá



visitas de estudantes e da comunidade com o objetivo de
interagir com os educadores ambientais, aprofundando os
conhecimentos relativos aos resíduos sólidos;

3.1.5. SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA

A **COLETA SELETIVA** de resíduos recicláveis será realizada, inicialmente, no modelo “*ponto a ponto*”, a ser ampliado pelo **MUNICÍPIO** para o modelo “porta a porta”. Os serviços incluem:

3.1.5.1. A Implantação e Operação de 1 (um) Ecoponto, incluindo a coleta e transporte de resíduos provenientes destes Ecopontos para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelo **MUNICÍPIO**; e

3.1.5.2. A Implantação e operação de vinte e 5 (cinco) pontos de entrega voluntária (PEVs), incluindo a coleta e transporte dos resíduos provenientes desta coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelo **MUNICÍPIO**.

3.1.6. ATIVIDADES CORRELATAS:

Engloba outras atividades e a prestação de serviços correlatos e complementares, autorizados pelo **PODER CONCEDENTE**, com vistas à obtenção de **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**, em benefício da modicidade da **CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA (CP)**.

3.1.7. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS:

Compreende os serviços anteriormente citados e ainda o seguinte:

3.1.7.1. A implantação de programa de educação ambiental, de apoio comunitário aos catadores, da solução destinação final ambientalmente adequado.



3.1.7.2. Ações de capacitação da equipe do PODER CONCEDENTE.

3.2. Não se incluem nos serviços concedidos os serviços de limpeza e conservação de logradouros públicos, tais como varrição das vias e áreas públicas, capina, podas, coleta e transporte dos respectivos resíduos, que serão prestados diretamente pelo **MUNICÍPIO** ou por empresas contratadas. Somente se inclui nas atividades objeto da **CONCESSÃO** a **TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DE RESÍDUOS DOMICILIARES (RDO), DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) E COLETA SELETIVA (CD) DO MUNICÍPIO, NA FORMA DO CONTRATO.**

3.3. Os **MUNICÍPIOS** da região circunvizinha poderão aderir à contratação dos serviços de **TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RDO**, de **RPU** e de **RCD**, cabendo à **CONCESSIONÁRIA** prestá-los dentro das condições fixadas em instrumento próprio, observando-se as disposições do **CONTRATO** e seus **ANEXOS**.

3.4. A execução dos serviços licitados e o cumprimento das obrigações do **ADJUDICATÁRIO** do **OBJETO** desta **LICITAÇÃO**, deverão obedecer às normas, aos padrões e às demais exigências da legislação de regência e dos atos normativos editados pela **AGÊNCIA REGULADORA**, observando-se, ainda, as condições e exigências deste **EDITAL**, do **CADERNO DE ENCARGOS**, da minuta do **CONTRATO DE CONCESSÃO** e demais **ANEXOS**, que, igualmente, integram o presente **EDITAL**

3.5. A **CONCESSÃO** objeto do presente **EDITAL** não implicará transferência à **CONCESSIONÁRIA** da titularidade dos serviços públicos, que continuarão sendo de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, nos termos das leis vigentes.

3.6. Os serviços **OBJETO** desta **CONCESSÃO** serão divididos em 3 fases, na forma prevista no **ANEXO I** deste **EDITAL (CADERNO DE ENCARGOS)** e como



detalhado no **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

3.7. Deverá ser apresentado, até o final da Fase 1, o Plano de Investimentos e Operação, como detalhado no **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** deste **EDITAL**.

4. PRAZO, EFICÁCIA E VALOR DO CONTRATO

4.1. O **PRAZO** de vigência da **CONCESSÃO** será de 30 (trinta) anos, contados a partir do início da vigência do **CONTRATO**, podendo ser prorrogado, por até 5 (cinco) anos, a critério do **PODER CONCEDENTE**, como meio de recomposição econômico-financeira do **CONTRATO**, em razão de revisão extraordinária, na forma prevista nos itens 24.2, 24.3 e 24.4 da minuta do **CONTRATO**.

4.2. A contagem do prazo de vigência do **CONTRATO** somente terá início com (i) a emissão da Ordem de Serviço e (ii) com a liberação das áreas objeto da **CONCESSÃO** pelo **PODER CONCEDENTE**, na forma do item 6.1 do **CONTRATO**.

4.3. O valor global nominal estimado do **CONTRATO**, ao longo do **PRAZO** de vigência da **CONCESSÃO**, é de R\$157.383.366,59 (cento e cinquenta e sete milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) base para o mês de julho de 2024, resultante do somatório das **RECEITAS ORDINÁRIAS** em valores reais.

4.3.1. Para prestar os serviços **OBJETO** da **CONCESSÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá efetuar todos os investimentos necessários à implantação e operação do **SISTEMA**, incluindo os investimentos apresentados na sua **PROPOSTA**.

4.3.2. O valor estimado do **CONTRATO** é para simples referência, não sendo lícito à **CONCESSIONÁRIA** pleitear qualquer recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** ou apresentar qualquer outro pleito de



recomposição de suas receitas, baseada em tal informação. Para fins de reajustamento da **CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA (CP)** e **TÁRIFA DO ENTE PÚBLICO (TEP)**, será levada em consideração, como data base, a data de apresentação da **PROPOSTA** pela **LICITANTE**.

5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Solicitações de esclarecimentos e informações adicionais sobre o presente **EDITAL** e seus **ANEXOS** deverão ser encaminhados à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, por escrito, através do e-mail [hiperlink], até 3 (três) dias corridos antes da data de abertura do certame, utilizando-se do modelo constante do **ANEXO VIII**.

5.2. As respostas às solicitações enviadas na forma deste item serão disponibilizadas oficialmente pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, a todos as **LICITANTES**, através do sitio eletrônico [hiperlink], em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem a identificação da fonte do requerimento.

5.3. Todas as respostas e esclarecimentos dados pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** integrarão este **EDITAL** e seus **ANEXOS**, devendo ser observadas e cumpridas por todos os interessados.

5.4. As respostas da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** aos esclarecimentos solicitados pelos interessados somente terão o condão de alterar a data da **SESSÃO PÚBLICA**, na forma do Item 5.7 do **EDITAL**, na hipótese de a resposta implicar em alteração do **EDITAL** e desde que sejam afetadas, de maneira inequívoca, as condições de oferta da **GARANTIA DA PROPOSTA**, de elaboração das **PROPOSTA DE PREÇO** ou da apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, hipótese na qual o **EDITAL** será republicado, reiniciando-se os prazos nele previstos, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

5.5. Em qualquer ocasião, até a data de entrega dos **ENVELOPES** contendo a



GARANTIA DA PROPOSTA, as PROPOSTAS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a seu exclusivo

critério, em consequência de esclarecimentos ou impugnações ao **EDITAL** ou, ainda, por razões interesse público, poderá alterar o **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

5.6. Todas as alterações do **EDITAL** serão comunicadas aos **LICITANTES**, na forma prevista neste instrumento editalício, bem como publicadas, na Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

5.7. Caso as alterações do **EDITAL** impliquem, inquestionavelmente, em modificação na oferta da **GARANTIA DA PROPOSTA**, na elaboração das **PROPOSTAS DE PREÇO** ou na apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos, será reaberto prazo igual ao originalmente estipulado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

5.8. Eventual impugnação ao **EDITAL** deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico licitacao@barra.ba.gov.br, assinada digitalmente, ou, alternativamente, protocolada na forma física na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**, localizada na cidade _____ de Barra, Estado _____ da Bahia das 09 horas até às 11 horas. As impugnações deverão observar os seguintes prazos e condições:

- (i) Por qualquer pessoa, em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme previsto neste **EDITAL**;
- (ii) No caso de pessoa jurídica, a impugnação deverá ser acompanhada de cópias dos documentos societários. Na hipótese de a impugnação ser assinada por procurador, deverá ser anexada procuração, sempre com a cópia do documento de identidade do signatário.

5.9. A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** divulgará o resultado do julgamento da impugnação em até 3 (três) dias úteis antes limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, no sítio eletrônico licitacao@barra.ba.gov.br. Os interessados ficam obrigados a acessar o aludido sítio eletrônico para ter conhecimento das informações e decisões adotadas.



5.10. As impugnações protocoladas de forma diversa da estipulada acima ou interpostas fora dos prazos estabelecidos não serão conhecidas.

5.11. Todas as correspondências, pedidos de esclarecimentos, impugnações ou quaisquer outros documentos relativos à **LICITAÇÃO**, físicos ou eletrônicos, serão anexados na plataforma **www.bllcompras.com (www.bll.org.br "Acesso BLL Compras")**.

5.12. As respostas aos esclarecimentos ou parecer favorável à impugnação da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, somente terão o condão de alterar a data de entrega das **propostas**, quando resultarem em alteração no **EDITAL** que venha a afetar, de maneira inequívoca, as condições de oferta da **GARANTIDA PROPOSTA**, de elaboração da **PROPOSTA COMERCIAL** ou da apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos, hipótese na qual o **EDITAL** será republicado, observando-se o quanto disposto na Lei Federal nº 14.133.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente **LICITAÇÃO** empresas nacionais ou estrangeiras, desde que preencham todos os requisitos estabelecidos neste **EDITAL** e na legislação pertinente.

6.1.1. Serão admitidas na presente **LICITAÇÃO** as entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, às instituições financeiras, fundos de investimentos e as empresas com atividade de investidoras financeiras, desde que atendam às condições de habilitação.

6.2. As empresas estrangeiras que não possuem atividade no Brasil, ou seja, não detentoras de "Decreto de Autorização", como definido Lei nº 14.133/21, poderão participar em **CONSÓRCIO** com empresas nacionais.

6.3. Será permitida a participação de empresas em **CONSÓRCIO**, desde que



observado o seguinte:

a) Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma

LICITAÇÃO, através de mais de um **CONSÓRCIO** ou isoladamente;

b) Todos os membros do **CONSÓRCIO** terão responsabilidade solidária pelos atos praticados em **CONSÓRCIO**, na fase de **LICITAÇÃO**;

c) Obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, no que diz respeito à apresentação da documentação exigida para habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico- financeira e qualificação técnica; e

d) No caso de **CONSÓRCIO** formado por empresas nacionais e estrangeiras, a liderança caberá sempre à empresa nacional.

e) Todos os membros do **CONSÓRCIO** devem possuir mais do que 40,00% (quarenta por cento) de participação no mesmo.

6.4. É vedada a participação de empresas:

a) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Que estejam com o direito de licitar suspenso ou impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal;

c) Em processo de falência ou recuperação judicial, quando, neste último



caso, não tenha plano de recuperação aprovado;

- ~~d) Impedidas de licitar, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 14.133/21;~~
- e) Que tenham sócios, acionistas, dirigentes, integrantes de sua diretoria ou administradores, no exercício de cargo, emprego ou função pública na Prefeitura Municipal de Barra;
- f) Que tenham controle societário ou sócio(s) comum(s), independente da participação societária, com outro licitante ou empresa integrante de outro **CONSÓRCIO** que concorra nesta **LICITAÇÃO**;
- g) Condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos, devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei nº 9.605/98; ou

6.5. A desclassificação de qualquer consorciado acarretará a automática desclassificação do **CONSÓRCIO**.

6.6. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciados até a assinatura do **CONTRATO**, quando então passarão a ser aplicadas as regras de alteração previstas no **CONTRATO**.

7. SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE)

7.1. A vencedora da **LICITAÇÃO** deverá constituir uma **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**, estruturada sob a forma de sociedade por ações ou sociedade limitada. A composição da **SPE** deverá ser integrada pela **LICITANTE** ou pelas empresas do **CONSÓRCIO** licitante, na forma e dentro dos mesmos percentuais de participação estabelecidos para concorrer na **LICITAÇÃO**.

7.2. Para atendimento da exigência constante no **EDITAL** e de acordo com o art. 20 da Lei Federal nº 8.987/95, a **ADJUDICATÁRIA** deverá, para a celebração do **CONTRATO**, constituir empresa, com sede e administração em **BARRA**, cujo objeto social deverá prever exclusivamente a execução do **OBJETO** do **CONTRATO**, incluindo a exploração de atividades que venham a ser remuneradas por **RECEITAS**



EXTRAORDINÁRIAS, na forma prevista no **CONTRATO**.

7.3. Na hipótese do item anterior, o prazo para a constituição da SPE, com o respectivo fornecimento da documentação a Prefeitura Municipal de Barra, será aquele necessário para a assinatura do **CONTRATO**, nos termos do Item 23 deste **EDITAL**, podendo ser prorrogado, a critério do **PODER CONCEDENTE**.

7.4. A **SPE** deverá ter duração suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do **CONTRATO**. Além disso, seu Estatuto ou Contrato Social deverão ser apresentados a Prefeitura Municipal de Barra, como condição para a assinatura do **CONTRATO**.

7.5. O capital social subscrito inicial da **SPE** deverá corresponder ao montante mínimo de **R\$2.643.534,65** (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), observando-se as disposições contidas no subitem 34.2 da minuta do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, em especial sobre a sua integralização, conforme **ANEXO II** deste **EDITAL**.

8. CONSULTA/OBTENÇÃO DO EDITAL

8.1. A partir da data publicação no sítio eletrônico www.barra.ba.gov.br e no Diário Oficial Municipal [diário oficial disponibilizado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de BARRA], o **EDITAL** estará disponível para consulta e obtenção:

- a. No sítio eletrônico www.barra.ba.gov.br, e
- b. Na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**, localizada na cidade de Barra, Estado da Bahia, no horário das 09 até às 11 horas.

A empresa interessada deverá, quando da obtenção do **EDITAL**, e para fins de recebimento de comunicações pertinentes, cadastrar, junto a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, as seguintes informações:

- a) Nome da pessoa jurídica interessada;



b) Telefone e e-mail;

c) Nome do representante da empresa para os fins da **LICITAÇÃO**.

8.1.2. Apenas as empresas cadastradas na forma do item 8.1.1 receberão, por e-mail, as comunicações relativas ao certame, não sendo, contudo, obrigatório o cadastramento para fins de participação na **LICITAÇÃO**. As identidades das empresas cadastradas não serão divulgadas para as demais empresas participantes.

8.1.3. As empresas que não se cadastrarem na forma do Edital não receberão informações, respostas a perguntas ou esclarecimentos, nem tampouco alterações e modificações do **EDITAL**, por e-mail, tendo apenas acesso às informações através dos meios de divulgação nos meios ordinários.

9. ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL

9.1. A participação na **LICITAÇÃO** implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e exigências do **EDITAL** e seus **ANEXOS**, vedadas quaisquer alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas condições, bem como das normas regulamentares pertinentes, após o transcurso dos prazos estabelecidos para impugnações.

10. EXIGÊNCIAS DO EDITAL

10.1. As **LICITANTES** deverão examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, quadros, estudos e projetos disponíveis, bem como as leis, decretos, normas, especificações e outras referências mencionadas no **EDITAL** e seus **ANEXOS**, além de toda a legislação aplicável em vigor, a fim de se habilitar à regular execução do **OBJETO** da **CONCESSÃO**.



10.1.1. As **LICITANTES** também poderão vistoriar as áreas de prestação dos serviços, objetivando a ter total conhecimento da abrangência dos serviços e das condições atuais dos referidos locais.

10.2. A documentação que não atender aos requisitos estipulados no **EDITAL** implicará, respectivamente, a desclassificação ou inabilitação das **LICITANTES**, conforme o caso.

10.3. As informações disponibilizadas pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** às **LICITANTES** são meramente indicativas, cabendo às **LICITANTES** confirmá-las, complementá-las ou questioná-las em sua integralidade.

11. CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

11.1. Cada **LICITANTE** poderá ter até 2 (dois) **REPRESENTANTES CREDENCIADOS**.

11.1.1 A comprovação dos poderes de representação dos **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** deverá constar no “**ENVELOPE 1 – GARANTIA DA PROPOSTA**”, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(i) Instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da **LICITANTE**, todos os atos relativos à **CONCORRÊNCIA**, nos moldes do modelo constante do **ANEXO VII**. No caso de **CONSÓRCIO**, o instrumento de procuração deverá ser outorgado pela empresa líder. Neste último caso, o documento deverá ainda ser acompanhado do termo de compromisso de constituição de **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**; e

(ii) Certidão simplificada dos atos societários da **LICITANTE** expedida pela Junta Comercial da sua sede. No caso de **CONSÓRCIO**, deverá ser apresentada a certidão simplificada de cada empresa integrante do **CONSÓRCIO**. Alternativamente, será facultada a apresentação dos atos societários das **LICITANTES**, devidamente arquivados no órgão de registro



competente, que servirão para demonstrar os poderes para a outorga da ~~procuração mencionada no item (i) ou para a comprovação de poderes~~ de representantes legais.

11.1.1.1. Aos **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** é garantida a possibilidade de intervir e praticar atos durante as sessões públicas da **CONCORRÊNCIA**.

11.1.2. A **LICITANTE** não poderá consignar em ata suas observações, rubricar ou tomar ciência de documentos, bem como praticar quaisquer outros atos nas sessões públicas da **LICITAÇÃO**, senão por meio de seu **REPRESENTANTE CREDENCIADO**.

11.1.2.1. A proibição mencionada no subitem acima não impede a participação da **LICITANTE** na **CONCORRÊNCIA**.

11.1.2.2. Os **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** deverão firmartodas as declarações e documentos referidos neste **EDITAL**.

11.1.3. Cada **REPRESENTANTE CREDENCIADO** somente poderá exercer a representação de uma única **LICITANTE**.

11.1.4. O **REPRESENTANTE CREDENCIADO** deve estar munido de documento de identificação na **SESSÃO PÚBLICA** da **LICITAÇÃO**.

11.1.4.1. Documentos que comprovem os poderes dos outorgantes da procuração do **REPRESENTANTE CREDENCIADO** ou dos atos societários necessários à verificação dos termos de exercício dos poderes dos outorgantes deverão ser apresentados na forma do subitem 11.1.1 (ii) deste **EDITAL**.

11.1.4.2. A qualquer momento, no curso do processo licitatório, a **LICITANTE** poderá constituir ou substituir seu(s) **REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)**, mediante apresentação dos documentos listados no subitem 11.1.1.



12. DOCUMENTAÇÃO

12.1. A GARANTIA DA PROPOSTA e os DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO, a PROPOSTA DE PREÇO (ANEXOS A e B) e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em 3 (três) **ENVELOPES** anexados digitalmente, na plataformas de compras informada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**, por representante das **LICITANTES**, munido de documentos que comprovem seus poderes de representação.

12.2. Os documentos devem ser apresentados em 3 (três) **ENVELOPES** anexados digitalmente, distintos e identificados em sua capa da seguinte forma:

12.2.1 ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO

(i) **EDITAL DE CONCESSÃO Nº [●] / 2024 – EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA, MEDIANTE DELEGAÇÃO.**

(ii) **DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, COM A INDICAÇÃO DE SEUS INTEGRANTES E DE SEU LÍDER.**

(iii) **NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).**

12.2.1 ENVELOPE 2 – PROPOSTA DE PREÇO

(i) **EDITAL DE CONCESSÃO Nº [●] / 2024 – EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL**



AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA, MEDIANTE DELEGAÇÃO.

(ii) DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, COM A INDICAÇÃO DE SEUS INTEGRANTES E DE SEU LÍDER.

(iii) NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

12.2.1 ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(i) EDITAL DE CONCESSÃO Nº [•] / 2024 – EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA, MEDIANTE DELEGAÇÃO.

(ii) DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, COM A INDICAÇÃO DE SEUS INTEGRANTES E DE SEU LÍDER.

(iii) NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

12.3. Cada um dos **ENVELOPES** deverá conter 2 (duas) vias digitais idênticas, devidamente compactadas (zipadas), com todas as páginas de conteúdo numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos,



desenhos ou similares, se houver independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última página reflita a quantidade total de páginas com conteúdo do volume, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

12.4. Cada via conterá como última página um termo de encerramento próprio, indicando a quantidade de páginas da via. A página do termo de encerramento também deverá ser numerada.

12.5. Para efeito de apresentação:

(i) As vias constantes de cada um dos **ENVELOPES** deverão conter, além da identificação citada no subitem 12.2 acima, os subtítulos “1ª via” e “2ª via”, respectivamente;

(ii) Todos os documentos da “1ª via” deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada, com exceção dos documentos relativos à “1ª via” do volume de **GARANTIA DA PROPOSTA**, que deverão ser apresentados em suas vias originais;

(iii) Os documentos da “2ª via” poderão ser apresentados em cópia simples, que representem uma fiel reprodução dos documentos apresentados na “1ª via” dos respectivos **ENVELOPES**; e

(iv) Os documentos necessários à habilitação, contidos nos envelopes da 1ª via, poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Administração Pública ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos emitidos pela rede mundial de computadores poderão ter sua autenticidade verificada pelos membros da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**.

12.6. Todas as páginas dos documentos da “1ª via” de cada um dos envelopes deverão



ser rubricadas por um dos **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** das **LICITANTES**.

12.7. Um dos **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** deverá rubricar sobre o lacre de cada um dos **ENVELOPES**.

12.8. Todos os documentos com modelos previstos nos **ANEXOS** deverão ser apresentados conforme o **EDITAL**.

12.9. Eventuais falhas formais na entrega ou defeitos meramente formais nos documentos que façam parte da **GARANTIA DA PROPOSTA**, da **PROPOSTA DE PREÇO** e dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** poderão ser sanadas, conforme autorização da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, por ato motivado, em prazo por ela estabelecido, de acordo com as peculiaridades de cada caso, observada a celeridade da **CONCORRÊNCIA**.

12.9.1. Considera-se falha ou defeito formal aquela que (i) não desnature o objeto do documento apresentado, e que (ii) permitam aferir, com a devida segurança, a informação constante do documento.

12.9.2. Quando do saneamento de falhas formais, não será aceita a inclusão de documento obrigatório, nos termos deste **EDITAL**, originalmente ausente na documentação apresentada pela **LICITANTE**.

12.10. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:

12.10.1. Todos os documentos que se relacionam à **CONCORRÊNCIA** deverão ser apresentados em língua portuguesa, idioma pelo qual será compreendida e interpretada toda a documentação apresentada; e

12.10.2. Os documentos em língua estrangeira somente serão considerados válidos se devidamente traduzidos ao português, por tradutor público juramentado



no Brasil, e consularizados ou apostilados no país de emissão do documento,
conforme o caso

12.11. Não será admitida a entrega dos documentos da **CONCORRÊNCIA** por via postal ou qualquer outro meio não previsto neste item 13 ou após os prazos estabelecidos neste **EDITAL**.

12.12. As **LICITANTES** são responsáveis por todos os custos e esforços relacionados à preparação e à apresentação dos **ENVELOPES**, isentando-se o **PODER CONCEDENTE**, em qualquer hipótese, de tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos adotados na **CONCORRÊNCIA** ou seus resultados.

12.13. Toda a documentação que as **LICITANTES** apresentarem em forma impressa deverá ser acompanhada de cópia fiel, em meio magnético (pen-drive), em arquivos padrão PDF não editáveis, que deverão integrar cada envelope.

12.13.1. A apresentação em meio magnético deverá ser realizada através de um pen-drive para a documentação de cada envelope.

12.13.2. Os pen-drives deverão estar etiquetados com o nome da **LICITANTE**, número do **EDITAL** e a discriminação do **ENVELOPE** a que se referem (1, 2, ou 3).

12.14. Todos os documentos e certidões que forem apresentados nesta **LICITAÇÃO** deverão ser apresentados dentro de seus respectivos prazos de validade.

12.14.1. Qualquer documento apresentado fora do prazo de validade será considerado não entregue, arcando a **LICITANTE** com as consequências da ausência da documentação.

12.14.2. Para certidões entregues sem data de validade expressa, será



considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão, salvo se outra
validade for estabelecida em lei

12.15. Todos os documentos que contiverem valores expressos em moeda estrangeira terão os valores convertidos em moeda corrente nacional (Real), mediante a aplicação da taxa de câmbio (PTAX) para venda, publicada pelo Banco Central do Brasil no dia imediatamente anterior à data de entrega dos **ENVELOPES**.

12.16. Todas as correspondências, informações e comunicações relativas aos procedimentos da **LICITAÇÃO** deverão estar redigidos em língua portuguesa, idioma oficial desta **LICITAÇÃO**, e ter os valores expressos em moeda corrente nacional (Real).

12.17. Aos Países Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961, aplicar-se-á o rito estabelecido no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, naquilo que for aplicável, permanecendo a obrigação de tradução dos documentos por tradutor juramentado no Brasil.

12.18. Os **ENVELOPES** não abertos poderão ser retirados pelas **LICITANTES**, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do **CONTRATO**. Se não forem retirados neste prazo, serão inutilizados pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

12.19. No caso de empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil, estas deverão apresentar documentos relativos à sua habilitação equivalentes aos exigidos neste **EDITAL** para as empresas brasileiras.

12.19.1. Quando não existentes documentos equivalentes ou similares, a **LICITANTE** deverá comprovar a inexistência de tais documentos mediante declaração passada pelo Consulado de seu país de origem ou por outro órgão ou instituição equivalente que possa atestar tal inexistência.



**13. GARANTIA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO –
ENVELOPE 1.**

13.1. A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser apresentada no valor de R\$1.573.833,67 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos), com data-base de julho de 2024, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado do **CONTRATO**, e poderá ser prestada por meio de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, ficando vedada qualquer modificação nos seus termos e condições, na forma prevista neste Edital.

13.2. A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ter prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos **ENVELOPES**, e conterá cláusula de prorrogação, por igual período, para a hipótese de prorrogação da validade da **PROPOSTA**, cabendo à **LICITANTE** comprovar a sua renovação, se necessário, à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, até 10 (dez) dias antes do seu vencimento.

13.2.1. Se a **LICITANTE** não comprovar a renovação da **GARANTIA DA PROPOSTA** no prazo fixado no subitem 13.2, será notificada pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** para fazê-lo no prazo de 5 (dias), contados do recebimento da notificação, sob pena de ser desclassificada da **CONCORRÊNCIA**.

13.2.2. Como a renovação deverá ocorrer no período superior a 1 (um) ano da sua emissão original, a **GARANTIA DA PROPOSTA** será reajustada pela variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre o mês anterior à data de entrega dos **ENVELOPES** e o mês imediatamente anterior à renovação.

13.3. O ENVELOPE da GARANTIA DA PROPOSTA deverá conter, conforme o caso:



(a) na modalidade caução: comprovante de depósito, em seu formato original, em moeda corrente do País;

(b) na modalidade seguro-garantia: apólice original ou apólice com certificação digital, emitida por seguradora devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

(c) na modalidade fiança: carta bancária original, emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil, com expressa renúncia da fiadora dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro); ou

(d) na modalidade títulos da dívida pública federal: a comprovação de que foram emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, não sujeitos a nenhum ônus ou gravames.

13.4. A responsabilidade pela escolha da entidade emissora da **GARANTIA DA PROPOSTA** será integralmente da **LICITANTE**, que responderá pelos danos causados ao **CONCEDENTE** em caso de falência, liquidação, recuperação judicial ou intervenção da respectiva instituição, além da necessidade de recontração, exclusivamente às expensas da **LICITANTE**, de nova garantia.

13.5. A **GARANTIA DA PROPOSTA** será liberada até 30 (trinta) dias após:

(i) a publicação do extrato do **CONTRATO**; ou

(ii) a publicação da decisão que julgou o **LICITANTE** desclassificado ou inabilitado, desde que não tenha sido apresentado recurso ou tenha este sido julgado improcedente de forma definitiva; ou, da revogação ou anulação da **LICITAÇÃO**, conforme o caso.



13.6. Além da **GARANTIA DA PROPOSTA**, deverão constar no **ENVELOPE 1** os documentos de representação especificados no Item 11 e subitens deste Edital (Credenciamento de representantes).

Na forma prevista nas **CONDIÇÕES GERAIS** deste **EDITAL**, a entrega virtual dos 3 (três) **ENVELOPES**. O **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (ON-LINE)**: do dia 25 de novembro de 2024 ao dia 27 de dezembro de 2024 até às 09 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS (ON-LINE): às 09h 30min do dia 27 de dezembro de 2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (LANCES): às 10h 00min do dia 27 de dezembro de 2024.

13.1. LOCAL: www.bllcompras.com (www.bll.org.br "Acesso BLL Compras").

13.2. Será analisada a regularidade dos **ENVELOPES 1** apresentados, sendo que as **LICITANTES** que não atenderem a quaisquer dos requisitos previstos no **EDITAL**, relativamente ao **ENVELOPE 1**, serão desclassificadas.

13.3. Até o dia útil imediatamente anterior ao dia da **SESSÃO PÚBLICA**, será divulgado no sítio eletrônico indicado nas **CONDIÇÕES GERAIS** do **EDITAL** (sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Barra) o resultado da análise dos documentos contidos no **ENVELOPE 1**. A rejeição de qualquer documento será realizada motivadamente.

14. PROPOSTA DE PREÇO E JULGAMENTO – ENVELOPE 2

14.1 Os documentos da **PROPOSTA DE PREÇO** deverão ser apresentados em conformidade com os termos do Item 12 e subitens deste Edital.

14.2 Os documentos da **PROPOSTA DE PREÇO** exigidos neste Edital deverão constar do Envelope 2 e observar os termos deste Edital, com base no qual serão analisados e julgados pela **COMISSÃO**.

14.3 A **PROPOSTA DE PREÇO** deverá ter validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**, cabendo à **LICITANTE** comprovar a sua renovação, quando assim solicitado, sob pena de desclassificação.



15.1. A PROPOSTA DE PREÇO deverá conter:

15.1.1. Carta de apresentação da **PROPOSTA DE PREÇO** e seus anexos A e B, obrigatoriamente assinada pelo representante legal do **LICITANTE**, conforme modelo apresentado no **ANEXO XIII – A** deste **EDITAL**;

15.1.2. A oferta do multiplicador K, observando-se as regras e condições estabelecidas no **ANEXO XIII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO** deste Edital, a ser aplicado sobre os valores da estrutura de remuneração constado **ANEXO I – CADERNO DE ENCARGOS** deste **EDITAL**, com 4 (quatro) casas decimais;

15.1.2.1. O multiplicador K, com 4 (quatro) casas decimais (x,xxxx), terá valor máximo de 1,0000 (um inteiro), a ser aplicado linearmente sobre os valores da estrutura de remuneração. O valor das **REMUNERAÇÕES**, calculados com a incidência do multiplicador, constante da 4ª casa decimal, será arredondado, adotando-se o seguinte critério: se o valor constante da 5ª casa decimal for de 0 (zero) a 4 (quatro), será arredondada a 4ª casa decimal para o número imediatamente inferior, e, se o valor constante da 5ª casa decimal for de 5 (cinco) a 9 (nove), será arredondada a 4ª casa decimal para o número imediatamente superior.

15.1.2.2. Declaração de Elaboração Independente de **PROPOSTA DE PREÇO**, conforme Anexo IX - D deste Edital;

15.2. A PROPOSTA DE PREÇO deverá considerar as seguintes premissas:

a) deverão ser levadas em consideração as obrigações da **CONCESSIONÁRIA** previstas no **CONTRATO**, em especial, a prestação adequada dos serviços concedido.

b) todos os custos referentes ao cumprimento do objeto do **CONTRATO** devem ser abrangidos, incluindo, mas sem a eles se limitar, valores referentes



aos ônus e obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, concernentes à legislação tributária, trabalhista e previdenciária existentes até a data de apresentação da **PROPOSTA COMERCIAL**, os quais correrão por sua exclusiva conta;

c) custos com seus subcontratados, fornecedores e outros; custos de mobilização e desmobilização na instalação das obras a serem executadas; custos com contratação de seguros e garantias; demais custos diretos ou indiretos incidentes sobre a execução dos serviços objeto da **CONCESSÃO**;

d) não deverão ser considerados quaisquer benefícios fiscais que possam vir a ser conferidos à futura **CONCESSIONÁRIA** pela União, Estado ou Municípios, durante o prazo da **CONCESSÃO**;

e) não serão levadas em consideração quaisquer outras ofertas ou vantagens não previstas neste **EDITAL**, nem de preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais **LICITANTES**;

f) deverá ser considerado o valor de ressarcimento à Proponente da Manifestação de Iniciativa Privada (MIP), **EMPRESA DE CONSULTORIA EM SANEAMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 42.623.730/0001-99, que realizaram em conjunto os estudos técnicos, jurídicos e econômico-financeiros que subsidiaram a presente **LICITAÇÃO**, na data base de março de 2024 importe de R\$552.392,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais), a ser atualizado monetariamente através do índice IPCA, na forma do art. 13 e art. 21, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 16.522/2015; e

g) deverá ser considerado o prazo de 30 (trinta) anos para a vigência da **CONCESSÃO**.

- 15.3.** O julgamento das **PROPOSTAS DE PREÇO** será objetivo e em conformidade com a modalidade de licitação pertinente do tipo menor preço.



15.4. Para tanto, a **COMISSÃO** julgadora apreciará a **PROPOSTA DE PREÇO**, de acordo com as disposições deste Edital e seus anexos, efetuando o cálculo da Nota de Preço através da seguinte fórmula:

$$\text{NPP} = \text{DESClic} / \text{DESCmaior}$$

K (multiplicador): 0 até 1

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preço

DESClic = Desconto ofertado pelo **LICITANTE**

DESCmaior = Maior desconto ofertado na **LICITAÇÃO** pelo **LICITANTE X**

15.5. A Licitante com a maior pontuação obtida na soma dos critérios de avaliação de menor preço será considerada a melhor classificada para a fase de **HABILITAÇÃO**.

15.6. A presença de qualquer documento alheio à proposta de preço no **ENVELOPE 2** será desconsiderada.

16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 3

16.1. Para comprovar a Habilitação do **LICITANTE** classificado, será necessária a apresentação dos documentos atualizados relativos à Habilitação Jurídica; à Regularidade Fiscal e Trabalhista, à Qualificação Técnica e à Qualificação Econômico- Financeira da **LICITANTE**.

17.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

17.2.1.1. A habilitação jurídica será comprovada através dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social da **LICITANTE**, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição dos seus administradores;
- b) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado da ata que elegeu a Diretoria ou a Administração em



exercício;

- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Quando a **LICITANTE** for instituição financeira, deverá apresentar, além dos documentos referidos no presente subitem, comprovante de autorização de funcionamento como instituição financeira, emitido pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
- e) Quando a **LICITANTE** for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente aos documentos referidos no presente subitem, comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento, concedida pelo órgão fiscalizador competente, bem como declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC, do Ministério da Economia, ou órgão que vier a substituí-la oficialmente;
- f) Quando a **LICITANTE** for fundo de investimento, deverá apresentar, além dos documentos referidos no presente subitem, os seguintes documentos:
 - (i) Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;
 - (ii) Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários — CVM;
 - (iii) Regulamento do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver);
 - (iv) Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente ou na CVM, nos termos do Ofício — Circular CVM/SIN 12/19;



(v) Documentos que comprovem que o fundo de investimento foi devidamente autorizado pela assembleia de cotistas a participar da

LICITAÇÃO e que o seu administrador pode nela representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos, assumindo em nome do fundo de investimentos todas as obrigações e direitos que decorrem da **LICITAÇÃO**;

(vi) Comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a CVM;

(vii) Comprovante de que a administradora, a gestora e o fundo não estão em processo de liquidação judicial, mediante certidão expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sua sede, ou de liquidação extrajudicial, mediante comprovante obtido em consulta ao www.bllcompras.com (www.bll.org.br "Acesso BLL Compras")..

g) Declaração da empresa **LICITANTE** e, no caso de **CONSÓRCIO**, de todas as empresas consorciadas, de que seus dirigentes, seus membros da diretoria ou administradores não se encontram no exercício de cargo, emprego ou função pública na Administração Municipal, na forma do modelo constante do **ANEXO IX – B**;

h) Declaração da empresa **LICITANTE** e, no caso de **CONSÓRCIO**, de todas as empresas consorciadas, de inexistência de fatos impeditivos à sua habilitação no certame e de ciência da obrigatoriedade de se declarar ocorrências posteriores, na forma do modelo constante do **ANEXO IX – C**;

i) Declaração da empresa **LICITANTE** e, no caso de **CONSÓRCIO**, de todas as empresas consorciadas, de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relacionadas ao **OBJETO** desta **LICITAÇÃO**, e de que elaborou sua **PROPOSTA** de forma independente, na forma do modelo constante do **ANEXO IX – D**; e

j) Declaração anticorrupção da empresa **LICITANTE** e, no caso de **CONSÓRCIO**, de todas as empresas consorciadas, na forma do modelo constante do **ANEXO XI – E**.

17.2.1.2. No caso de **CONSÓRCIO**, as empresas devem respeitar o



disposto no Art. 15, da Lei Federal nº 14.133/21. e alterações posteriores, mediante a apresentação de compromisso de constituição de **CONSÓRCIO**, observando-se, em especial, o seguinte:

- i) comprovação do compromisso público ou particular de constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE), antes da assinatura do **CONTRATO** de **CONCESSÃO**, cujo capital deverá ser subscrito por todas as participantes do **CONSÓRCIO** na proporção de suas respectivas participações;
- ii) indicação da empresa responsável pelo **CONSÓRCIO**, que deverá atender às condições de liderança estabelecidas na procuração outorgada pelas demais empresas integrantes do **CONSÓRCIO**, por instrumento público ou particular, a ser apresentada junto aos seus documentos de habilitação jurídica. Deve constar, na procuração, em especial, poderes para a empresa líder (i) receber instruções; (ii) representar as demais consorciadas na **LICITAÇÃO**; (iii) negociar com o órgão licitante às condições da **PROPOSTA**; (iv) receber notificações, comunicados e citações em nome do **CONSÓRCIO**. Deverá constar, ainda, na procuração, a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles, na fase de **LICITAÇÃO**;
- iii) apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no item 15 do **EDITAL** por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;
- iv) indicação do percentual de participação de cada empresa no **CONSÓRCIO**, compatível com a atividade a ser exercida por cada uma delas no empreendimento.



- v) impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma **LICITAÇÃO**, através de mais de um **CONSÓRCIO** ou isoladamente;
- vi) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em **CONSÓRCIO**, tanto na fase de licitação quanto na de execução do **CONTRATO DE CONCESSÃO**; e
- vii) no **CONSÓRCIO** de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II deste subitem.

17.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

17.2.1 A regularidade fiscal e trabalhista será atestada através de:

17.2.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

17.2.1.2 Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativos à sede da **LICITANTE**, na forma da lei, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.2.1.3 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e de Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais;

17.2.1.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Dívida Ativa;

17.2.1.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da **LICITANTE**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais e Dívida Ativa;

17.2.1.6 Prova de situação regular relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

17.2.1.7 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT).

17.2.2 Tratando-se de **CONSÓRCIO**, os documentos referidos nas alíneas anteriores deverão ser apresentados, individualmente, por cada uma de suas empresas integrantes, sob pena de inabilitação.



17.2.3 Os documentos solicitados para participação nesta LICITAÇÃO, quando não encaminhados em seus originais, poderão ser apresentados por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração, substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21. A autenticação também poderá ser realizada por servidor da Administração Pública

17.2.4 Serão admitidas certidões negativas de débito ou positivas com efeitos de negativa, ainda que obtidas pela internet, desde que emitidas por sites oficiais e que contenham a indicação do sítio eletrônico onde possam ser verificadas suas autenticidades.

17.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica será comprovada através dos documentos e requisitos a seguir listados:

17.2.1. Certidão de Registro ou inscrição da empresa **LICITANTE** e do (s) responsável (eis) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA e Conselho Regional de Administração — CRA da unidade da federação da sede da empresa, com validade na data de apresentação dos envelopes. Se a participação se der através de **CONSÓRCIO**, todas as suas sociedades deverão atender às exigências especificadas neste item.

17.2.2. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL:** Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da **LICITANTE** ou de uma das Consorciadas, devidamente registrado(s) no CREA — Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico- CAT, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou por órgão de regulação e/ou de fiscalização. O(s) atestados(s) deverá(ão) comprovar que a **LICITANTE** executou serviço(s) de característica(s) e complexidade semelhantes às constantes do objeto

da licitação, limitada às parcelas abaixo:



QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA
01	Construção, Implantação e Pré-Operação de AterroSanitário	Com capacidade mínima para 1.289,86 toneladas/mês	Com capacidade mínima para 644,93 toneladas/mês
02	Construção, Implantação e Pré-Operação de Estação de Tratamento de Chorume (ETC)	Com capacidade mínima para 1.289,86 toneladas/mês	Com capacidade mínima para 644,93 toneladas/mês
03	Serviço de coleta seletiva de resíduos orgânicos e recicláveis de PEVs (ponto de entregas voluntárias), Ecopontos ou similar	60,00 ton/ano (equivalente a 5 PEVs)	30,00 ton/ano (equivalente a 2,5 PEVs)
04	Implantação e operação de Unidade de Compostagem	15.000,00kg/ano	1 (um) unidade operada ou 7.500,00 kg/ano
05	Operação e Manutenção de Aterro Sanitário Licenciado	1.289,86 toneladas/mês	644,93 toneladas/mês
06	Elaboração e realização de programas socioambientais ou programa de educação ambiental.	220 horas/mês	110 horas/mês
07	Operação de tecnologias de valorização de resíduos, a exemplo de, Unidade de Reciclagem dos Resíduos da Construção Civil (URCD).	796,18 toneladas/mês	398,09 toneladas/mês.
08	Construção de Galpão de Triagem de Resíduos Recicláveis ou similar	150 m²	75m² ou 1 (uma) unidade construída

17.2.3. Qualificação Técnico-Profissional: Comprovação de que consta do corpo técnico da **LICITANTE**, comprovadamente através da Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica no CREA da região da sua sede, profissional de nível superior, detentor de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico- CAT, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acervado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que comprove(m) a execução dos seguintes serviços de características semelhantes ou superior às seguintes parcelas:

- a) Construção, Implantação e Pré-Operação de Estação de Tratamento de Chorume (ETC)
- b) Serviço de coleta seletiva de resíduos orgânicos e recicláveis de PEVs (ponto de entregas voluntárias), Ecopontos ou similar



c) Implantação e operação de Unidade de Compostagem.

d) Elaboração ou realização de programas socioambientais ou programa de educação ambiental.

e) Operação de tecnologias de valorização de resíduos, a exemplo de Unidade de Reciclagem dos Resíduos da Construção Civil (URCD).

f) Construção e Implantação de Aterro Sanitário.

g) Operação e Manutenção de Aterro Sanitário

h) Construção de Galpão de Triagem de Resíduos Recicláveis ou similar

17.3.3.1. A comprovação de vínculo profissional com o(s) detentor(es) da(s) referida(s) Certidão(ões) e atestado(s), deverá ser feita mediante a apresentação da Certidão de Registro do CREA e de um dos seguintes documentos: contrato de prestação de serviços; cópia da ficha de registro do empregado; cópia da carteira de trabalho (CTPS); cópia do contrato de trabalho em que conste o Licitante como contratante ou cópia do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

17.2.4. Relação de Equipe mínima necessária para implantação e operação dos serviços objeto do contrato de concessão: a **LICITANTE** deve comprovar que os profissionais possuem experiência nas atividades pertinentes ao escopo dos serviços a serem prestados, através de atestados de capacidade técnica, ao menos em 01 (um) dos itens de serviço. Os profissionais a serem indicados deverão, ainda, estar devidamente registrados nos seus respectivos conselhos de classe. A equipe técnica mínima deverá ser composta de:

a)01 (um) Engenheiro Civil

b)01 (um) Engenheiro Ambiental

c)01 (um) Engenheiro Sanitarista

17.2.5. Declaração da **LICITANTE** e comprovação emitida pela **COMISSÃO** de que a



LICITANTE visitou os locais de execução dos serviços, conforme previsto no item 19 deste **EDITAL**.

17.2.6. Só será aceito o somatório dos quantitativos de até 3 (três) atestados técnicos para atender a cada item acima, desde que um dos atestados represente, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo exigido no respectivo item.

17.2.7. A experiência exigida poderá ser comprovada por meio de atestados emitidos em nome de empresa integrante do mesmo **GRUPO ECONÔMICO** da **LICITANTE** ou da empresa integrante do **CONSÓRCIO**, devendo a empresa no nome da qual foi dado o atestado passar, para a futura SPE, o *know-how* relativo à execução dos serviços atestados.

17.2.8. No caso de **CONSÓRCIO**, as empresas devem respeitar o disposto no Art. 15, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, mediante a apresentação de compromisso de constituição de **CONSÓRCIO**, observando-se, em especial, o seguinte:

I. Apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no item 17 deste **EDITAL**, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

II. Indicação do percentual de participação de cada empresa no **CONSÓRCIO**, compatível com a atividade a ser exercida por cada uma delas no empreendimento. A consorciada que apresentar os atestados de qualificação técnica deverá possuir, no mínimo, a participação de 40% (quarenta por cento) no **CONSÓRCIO**;

17.2.9. A relação entre a **LICITANTE**, ou empresa integrante do **CONSÓRCIO**, e a empresa detentora dos documentos de comprovação das experiências, deve ser comprovada mediante a apresentação de (i) organograma do **GRUPO ECONÔMICO** que demonstre a(s) relação(ões) societária(s) entre a **LICITANTE**,



ou empresa integrante do **CONSÓRCIO**, e a empresa detentora dos referidos documentos de comprovação; e (ii) documentos societários, nos termos da legislação aplicável, que embasam as relações societárias indicadas naquele organograma, tais como contratos sociais, estatutos sociais, livros de registro ações, livros de registro de transferência de ações e acordos de quotistas ou de acionistas.

- 17.2.10.** Na hipótese de a **LICITANTE**, ou empresa integrante do **CONSÓRCIO**, apresentar documento(s) de comprovação de serviço similar no(s) qual(is) tenha atuado como consorciada será levada em consideração, para os fins de comprovação dos montantes especificados nos subitens relacionados acima, a mesma proporção de participação da **LICITANTE**, ou empresa integrante do **CONSÓRCIO**, no referido **CONSÓRCIO**.
- 17.2.11.** O(s) atestado(s) e/ou documentos deverá(ão) ser apresentados sem rasuras ou entrelinhas dos serviços realizados, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- a) Objeto;
 - b) Características das atividades e serviços desenvolvidos realizados de forma satisfatória;
 - c) Valor total;
 - d) Local da realização das atividades e serviços;
 - e) CNPJ e razão social do emitente; e
 - f) Data de emissão, nome e identificação do signatário.
- 17.2.12.** O Licitante deverá apresentar de forma clara e inequívoca os dados relevantes dos atestados apresentados, devendo, ainda, para eventual complementação de informações exigidas, anexar outros documentos comprobatórios pertinentes.
- 17.2.13.** A conformidade dos atestados e documentos poderá ser confirmada por meio de diligência realizada pela **COMISSÃO**, sendo que a sua desconformidade implicará na inabilitação da Licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.



17.2.14. Quando os valores apresentados nos atestados forem em moeda estrangeira, os montantes relativos ao porte dos empreendimentos realizados serão convertidos em R\$ (reais) pela taxa de câmbio em vigor na data de ocorrência da experiência relatada.

17.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.3.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada através dos seguintes documentos:

17.4.1.1. Capital Social e sua respectiva demonstração do resultado do último exercício social, exigível à época da apresentação da documentação, onde deverá ser evidenciada um montante superior a R\$15.738.336,70 (quinze milhões, setecentos e trinta e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e setenta centavos), em caso de **CONSÓRCIO** será exigida parcela adicional de 30,00% (trinta por cento).

17.4.1.2. Balanço Patrimonial e respectiva demonstração do resultado do último exercício social, exigível à época da apresentação da documentação, onde deverá ser evidenciada a boa situação financeira da **LICITANTE** ou de todas as empresas integrantes do **CONSÓRCIO**, conforme o caso. Para fins de demonstração da boa situação financeira, a **LICITANTE** deve possuir, no mínimo, os seguintes índices financeiros:

a.1) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: $ILC \geq 1,00 (AC / PC)$

a.2) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: $ILG \geq 1,00((AC + ANC) / (PC + PNC))$

a.3) ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL: $IE \leq 0,50 (PC + PNC) / AT$

Onde: AC - ATIVO CIRCULANTE / ANC – ATIVO NÃO CIRCULANTE PC – PASSIVO



CIRCULANTE / PNC – PASSIVO NÃO CIRCULANTE / AT – ATIVO TOTAL

a.4) Para **LICITANTES** constituídas por fundos de investimentos ou entidades de previdência complementar:

a.4.1) Índice de Alavancagem (IA) ≤ 14 $IA = CT / PL$

Em que:

IA: Índice de Alavancagem;

CT: Passivo real menos o patrimônio líquido e os diversos;

PL: Capital social integralizado mais as reservas capitalizáveis elucros, menos os prejuízos.

a.4.2) Índice de Cobertura de Benefícios (ICB) $\geq 0,7$

$$ICB = (AT - CC - EO - EC - F - BC - PMI) / BaC$$

Em que:

ICB: Índice de Cobertura de Benefícios;

AT = Ativo Total;

CC = Contribuições Contratadas;

EO = Exigível Operacional;

EC = Exigível Contingencial;

F = Fundos;

BC = Benefícios Concedidos;

PMI = Provisões Matemáticas a Integralizar;

BaC = Benefícios a Conceder

17.4.1.1.1. A **LICITANTE** deverá apresentar cópia do Livro Diário em que o balanço foi transcrito, registrado na correspondente Junta Comercial ou SPED, com o respectivo recibo de apresentação do balanço.

17.4.1.1.2. As empresas estrangeiras deverão apresentar os indicadores econômico-financeiros mínimos exigidos na comprovação da qualificação econômico-financeira, ajustados à estrutura contábil da legislação brasileira. Para a



conversão da moeda estrangeira para o Real, deverá ser indicada a taxa de câmbio comercial para venda - PTAX, divulgada pelo www.bllcompras.com (www.bll.org.br "Acesso BLL Compras")., relativa à data de encerramento do exercício social.

17.4.1.1.3. Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor judicial da Comarca da sede da **LICITANTE** ou dos integrantes de **CONSÓRCIO**, dentro do prazo de validade, observado o contido na alínea "c" do subitem 6.4.

17. PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO E ANÁLISE/JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

18.1. A presente **LICITAÇÃO** será processada e julgada de acordo com os procedimentos estabelecidos na legislação de regência, especialmente as Leis Federais nº 14.133/21 e 8.987/95 e demais alterações posteriores.

18.2. Após a entrega dos **ENVELOPES** pelas **LICITANTES**, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos e supressões, observando-se, no caso, o subitem 12.9 deste **EDITAL**.

18.2.1 O correto preenchimento da **PROPOSTA** pelas **LICITANTES** é indispensável para a sua aceitação, de forma que a **PROPOSTA** que deixar de abordar qualquer informação ou for apresentada de forma inadequada será desclassificada, inclusive nos seguintes casos:

- a) propostas apresentadas em desacordo com o modelo constante no **ANEXO XIII** deste **EDITAL** ou que não contiverem todos os documentos exigidos pelo **EDITAL**;
- b) propostas que contiverem rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- c) propostas que contiverem emendas, ressalvas ou omissões;
- d) propostas que impliquem oferta submetida a condição ou termo não previstos neste **EDITAL**;
- e) propostas que não estiverem assinadas por pessoa que tenha



poderes de representação da **LICITANTE**; ou

~~f) propostas que contiverem outros vícios capazes de comprometer a sua validade.~~

18.3. Os esclarecimentos, deste ponto em diante, quando necessários e desde que solicitados pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, constarão obrigatoriamente das respectivas atas.

18.4. É facultado à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, em qualquer momento da **LICITAÇÃO**, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originariamente das **PROPOSTAS**.

18.5. A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** poderá, a qualquer momento, de acordo com sua necessidade ou conveniência, consultar ou se valer da consultoria de organizações públicas ou privadas ou outros profissionais, para fundamentar o julgamento das **PROPOSTAS** apresentadas pelas **LICITANTES**.

18.6. Na forma prevista neste **EDITAL**, será instalada virtualmente, na plataforma de compras indicada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**, a **SESSÃO PÚBLICA** para a abertura dos **ENVELOPES 2** de todas as **LICITANTES** que tiveram os documentos do **ENVELOPE 1** aceitos. A **SESSÃO PÚBLICA** será conduzida pelo **DIRETOR DA SESSÃO**. Todos os documentos contidos nos **ENVELOPES 2** deverão ser rubricados pelos membros da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** e pelos **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** das **LICITANTES** presentes.

18.7. Após o início da **SESSÃO PÚBLICA**, o **DIRETOR DA SESSÃO**, em nome da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, promoverá, com o apoio da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, a abertura dos **ENVELOPES 2** das **LICITANTES** e a leitura das **PROPOSTAS DE PREÇOS** neles constantes.

18.8. O julgamento das **PROPOSTAS DE PREÇOS** dar-se-á por critérios objetivos, conforme estabelecido neste Edital, especificamente no Item 14 e seguintes.



18.9. Analisadas as **GARANTIAS** apresentadas por todos os **LICITANTES**, serão abertos, na mesma sessão pública, pelo **DIRETOR DA SESSÃO**, em nome da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, com o apoio da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, os **ENVELOPES 3** das **LICITANTES**, procedendo-se a leitura das **PROPOSTAS DE PREÇO** neles constantes.

18.10. O julgamento das **PROPOSTAS DE PREÇO** dar-se-á por critérios objetivos, conforme estabelecido neste Edital, especificamente no Item 15 e seguintes, sendo certo que a **PROPOSTA DE PREÇO** melhor classificada será aquela que oferecer o melhor desconto (multiplicador K), que será aplicado pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, linearmente, sobre os valores da estrutura de remuneração constante do **ANEXO I – CADERNO DE ENCARGOS** deste **EDITAL**.

18.11. Após a análise das **PROPOSTAS DE PREÇO** de todos os **LICITANTES**, a **COMISSÃO** ordenará as propostas em ordem decrescente dos valores das **PROPOSTAS DE PREÇOS** classificadas e publicará o resultado do julgamento no sitio eletrônico da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** e no Diário Oficial [diário oficial disponibilizado no sitio eletrônico da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**].

18.11.1 Observado o disposto nos subitens precedentes, será considerada como proposta mais vantajosa aquela que atingir o maior desconto em relação ao preço referencial do certame.

18.11.2 As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos consoante à norma da ABNT NBR 5891/1977 — Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

18.12. Após a classificação das **PROPOSTAS PREÇO**, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** promoverá a abertura do **ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** apenas da **LICITANTE** melhor classificada. Caso esta **LICITANTE** venha a atender a todas as exigências relativas à habilitação previstas no **EDITAL**, será declarada vencedora da **CONCORRÊNCIA**.

18.12.1 A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** poderá suspender a **SESSÃO**



para análise dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, caso não se ache em condições de proferir sua decisão de imediato _____

18.12.2 Se a **LICITANTE** originalmente classificada em primeiro lugar nas **PROPOSTAS** não atender às exigências de **HABILITAÇÃO**, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, uma vez esgotadas as possibilidades de saneamento, esclarecimento ou diligência, na forma prevista neste **EDITAL**, promoverá a abertura do **ENVELOPE 3** da segunda colocada e assim sucessivamente, até que uma **LICITANTE** atenda às exigências de habilitação, sendo, então, declarada vencedora da **CONCORRÊNCIA**.

18.13. Decidida a **HABILITAÇÃO**, as **LICITANTES** terão vista da documentação encartada nos **ENVELOPES** e será aberto prazo para eventual interposição de recurso contra as decisões da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**.

18.13.1 Caso todas as **LICITANTES** declinem expressamente do direito de recorrer, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** proferirá o resultado da **CONCORRÊNCIA**, que será encaminhado pelo Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** para a Secretaria Municipal de Infraestrutura de BARRA, para fins de **HOMOLOGAÇÃO** e **ADJUDICAÇÃO** do **OBJETO** licitado à vencedora.

18.13.2 O recurso eventualmente interposto será analisado, inicialmente, pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, que poderá exercer juízo de retratação.

18.15.3. Não havendo retratação, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** encaminhará os autos a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Barra, que, por sua vez, colocará o recurso na pauta para julgamento.

18.15.4. Decidido o(s) recurso(s), a **CONCORRÊNCIA** será devolvida à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, que, conforme o caso, dará continuidade ao certame.

18.14. Executada a decisão do recurso, sem que caiba, nesta fase, novos recursos administrativos, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** proclamará o resultado da



CONCORRÊNCIA, que será encaminhado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE BARRA**, para fins de **HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO** do **OBJETO** licitado à vencedora.

18.15. A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** fará constar, dos autos da **CONCORRÊNCIA**, relatório no qual consignará todos os procedimentos havidos, bem como descreve, de forma detalhada, a classificação, o julgamento e a análise dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTAS**.

18.16. A **SESSÃO PÚBLICA** da **CONCORRÊNCIA** poderá ser suspensa pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** ao final de cada uma das etapas acima descritas, para a análise mais detida dos documentos apresentados pelas **LICITANTES**. A decisão da **COMISSÃO** a respeito dos documentos será comunicada aos **LICITANTES** através de publicação no **DOM** ou de nova **SESSÃO**, hipótese na qual as **LICITANTES** serão devidamente convocadas.

18.17. A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** poderá promover diligência para esclarecer ou complementar o julgamento das **PROPOSTAS** da **LICITANTE** melhor classificada, bem como solicitar informações adicionais para a verificação da sua exequibilidade.

18.18. Os envelopes de **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** dos **LICITANTES** que tiveram suas **PROPOSTAS** desclassificadas, serão devolvidos fechados, desde que não tenha havido recurso ou após a denegação dos recursos eventualmente interpostos. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** dos demais **LICITANTES** habilitados serão mantidos fechados, sob a guarda da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** até o resultado da **LICITAÇÃO** e a assinatura do **CONTRATO** de **CONCESSÃO** pelo **ADJUDICATÁRIO**.

19 VISTORIA POR PARTE DA LICITANTE

19.1 As **LICITANTES** procederão à visita técnica da área da **CONCESSÃO**, a fim de verificar as condições locais, com a finalidade de obter, às suas expensas e sob sua responsabilidade, as informações necessárias à preparação de suas **PROPOSTAS**, incluindo-se a quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos



necessários à realização do **OBJETO** da **CONCESSÃO**, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local, e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação da **PROPOSTA**.

19.2 Diante da longevidade da área de exploração dos serviços, que engloba várias localidades do município de **BARRA**, e da importância ambiental das ações a serem desenvolvidas pela futura **CONCESSIONÁRIA**, a visita técnica prévia ao **MUNICÍPIO** terá caráter obrigatório, para possibilitar o questionamento, pela **LICITANTE**, de todo e qualquer aspecto da operação a ser concedida.

19.2.1 A sua comprovação, emitida pela Comissão, deverá ser anexada ao envelope de Habilitação.

A visita poderá ser agendada pelo telefone e/ou e-mail, encaminhado ao e-mail da **Prefeitura Municipal de BARRA** www.barra.ba.gov.br, direcionado a(o) Sr(a). **Adelino Lima da Silva**
Secretário Municipal de Infraestrutura E Serviços Públicos.

19.1 Decreto Municipal Nº 0058/202, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data a ser realizada a visita. Para o agendamento, deverá ser indicado o nome da empresa interessada, o(s) nome(s) e os documento(s) do(s) representante(s) da empresa na visita. No momento da realização da visita técnica, o representante da empresa interessada deverá apresentar documento com foto que o identifique, carta de credenciamento assinada pelo titular ou representante legal, além do estatuto, contrato social ou documento equivalente comprovando que o outorgante tem poderes para conceder a representação da empresa.

19.2 Ao final da visita técnica, o representante da empresa interessada deverá assinar termo de vistoria, conforme modelo constante do **ANEXO XI** deste **EDITAL**, declarando estar ciente das condições das áreas vistoriadas. A assinatura será realizada em duas vias, ficando uma delas com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**.

19.5. A título de comprovação da realização de visita técnica, o **LICITANTE** receberá atestado de visita, que deverá ser assinado por profissional responsável pela visita e pelo responsável pela pasta da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

19.6. Para todos os efeitos, considera-se que a **LICITANTE** tem pleno conhecimento da



natureza e do escopo dos serviços concedidos, não sendo válida a alegação ~~posterior de insuficiência e/ou imprecisão de dados e informações sobre os locais e~~ condições pertinentes ao **OBJETO** da **LICITAÇÃO**, de modo que não poderá a **CONCESSIONÁRIA**, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos, ou condições do **CONTRATO**, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob esse fundamento (insuficiência de dados ou informações).

20. AVISOS, COMUNICAÇÕES E CONSULTAS

20.1 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO fará publicar, nos mesmos veículos em que foi publicado o resumo do **EDITAL** de **LICITAÇÃO** e nos meios citados nas **CONDIÇÕES GERAIS**, os avisos e comunicações pertinentes ao processo licitatório, quando couber.

20.2 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO responderá somente a consultas que lhe sejam encaminhadas por escrito, com a identificação do responsável. As consultas e as respectivas respostas serão encaminhadas a todos os interessados que tenham se cadastrado junto a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, na forma prevista neste **EDITAL**, sem a identificação daquele que efetuou o questionamento.

21. RECURSOS

21.1. De todos os atos decorrentes do presente certame, caberá recurso, na forma do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/21.

21.1.1 O recurso deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do julgamento das propostas, que constará de ata de julgamento, do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, ou da anulação ou revogação da licitação a qual consignará toda a matéria recursal de que trata o *caput*.

- O recurso interposto será comunicado às demais **LICITANTES**, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis.



21.1.2 Os recursos e as contrarrazões aos recursos deverão ser dirigidos ao Secretário Municipal de Infraestrutura de Barra, por intermédio da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou encaminhá-los à **AUTORIDADE SUPERIOR**, para julgamento, observado, também para esse caso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos somente serão admitidos quando subscritos por representante(s) legal(ais), **REPRESENTANTES CREDENCIADOS**, procurador com poderes específicos ou qualquer pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com demonstração desses poderes, podendo ser enviados para o www.bllcompras.com (www.bll.org.br "Acesso BLL Compras").

21.1. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital completo e demais informações serão disponíveis também na plataforma www.bllcompras.com. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (74) 3662-2101.

21.2. Os recursos interpostos fora do prazo e horário ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

21.3. Os recursos interpostos contra os atos decisórios terão efeito suspensivo automático nos casos de inabilitação da **PROPONENTE** e de julgamento de **GARANTIA DE PROPOSTA** ou **PROPOSTA COMERCIAL**, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos nas demais hipóteses.

21.4. Concluído o julgamento dos eventuais recursos, o resultado será oficialmente divulgado no site da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** no Diário Oficial(Diário da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**), disponibilizado no sitio eletrônico, não cabendo mais recurso da decisão da **AUTORIDADE SUPERIOR**.

21.5. O acolhimento do recurso interposto importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.6. Passada a fase recursal, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** encaminhará o processo ao responsável pela pasta da **SECRETARIA MUNICIPAL DE BARRA**, para que possa ser realizada a devida **HOMOLOGAÇÃO** do resultado e



ADJUDICAÇÃO do **OBJETO** licitado à vencedora.

22. REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

22.1. Esta **LICITAÇÃO** poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será declarada nula quando se verificar ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito devidamente fundamentado.

22.2. Na hipótese de revogação ou anulação da **LICITAÇÃO**, não caberá ressarcimento ou indenização as **LICITANTES**, ressalvado o disposto no artigo 148, da Lei Federal nº 14.133/21.

23. HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E PRAZO DE ASSINATURA DO CONTRATO

23.1 Após a **HOMOLOGAÇÃO** do resultado e a **ADJUDICAÇÃO** do **OBJETO** da **LICITAÇÃO**, a **LICITANTE** vencedora será convocada, depois de atendidas as condições fixadas no Item 24 deste **EDITAL**, para, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data de convocação, efetivar a assinatura do **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

23.2 O prazo para a assinatura do **CONTRATO** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela **ADJUDICATÁRIA** durante o seu curso e desde que haja motivo justificado, aceito pelo **CONCEDENTE**.

23.3 Caso a **ADJUDICATÁRIA** se recuse a assinar o **CONTRATO** dentro do prazo, perderá o direito à contratação e se sujeitará (i) à perda da **GARANTIA DA PROPOSTA** em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**, que poderá executá-la de imediato; e (ii) à suspensão do direito de participar de licitações promovidas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** durante 12 (doze) meses. Poderá ainda, a critério da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**, sofrer as penalidades legalmente estabelecidas, conforme preceitua o artigo 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21, com



as alterações posteriores, sendo facultado ao **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** convocar as **LICITANTES** remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o **CONTRATO** em igual prazo e nas mesmas condições da **PROPOSTA** do primeiro classificado, ou revogar a **LICITAÇÃO**.

23.4 A assinatura do **CONTRATO DE CONCESSÃO** encerra o procedimento licitatório.

24. CONDIÇÕES PRECEDENTES À ASSINATURA DO CONTRATO

24.1. No **ANEXO II**, encontra-se a minuta do **CONTRATO DE CONCESSÃO** a ser firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** e a **ADJUDICATÁRIA**.

24.2. Uma vez adjudicado o **OBJETO** da **LICITAÇÃO**, observadas as condições fixadas neste **EDITAL**, a **ADJUDICATÁRIA** será notificada, por escrito, para, no prazo de 30 (trinta) dias, que poderá ser prorrogado por solicitação da **ADJUDICATÁRIA** e a critério do **PODER CONCEDENTE**, cumprir as formalidades necessárias e apresentar os seguintes documentos necessários à assinatura do **CONTRATO**:

24.2.1 Atos constitutivos da SPE, devidamente registrados na Junta Comercial competente;

24.2.2 Balanço de Abertura da SPE, com a demonstração de integralização do capital social inicial da sociedade, como fixado no subitem 34.2 do **CONTRATO**;

24.2.3 Livro de Registro de Acionistas da SPE, com as respectivas participações no Capital Social, cópia dos eventuais Acordos de Acionistas, Ata de Eleição dos administradores devidamente registrada na Junta Comercial, bem como o Termo de Posse respectivo, na hipótese de ser uma sociedade anônima;

24.2.4 O CNPJ da SPE e demais inscrições fiscais exigidas na legislação;

24.2.5 O ressarcimento à empresa que realizou os estudos e a modelagem da



CONCESSÃO, conforme valor constante do item 15.5. "e" deste **EDITAL**. Tal valor deverá ser devidamente ser atualizado monetariamente através do índice IPCA, desde as datas de desembolsos, a partir de março de 2024, até a data do efetivo reembolso pela **ADJUDICATÁRIA**;

24.2.6 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, na forma do item 11 do **CONTRATO** e item 25 deste **EDITAL**.

25. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

25.1. A **LICITANTE** vencedora do certame manterá em vigor, durante todo o **PRAZO** de vigência do **CONTRATO**, **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, correspondente ao período contratuais de acordo com o previsto no Plano de Negócios Referencial com o teto de 1% (um por cento) sobre o valor do **CONTRATO**, na forma do item 11 do **CONTRATO**.

25.2. A **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, a critério da **CONCESSIONÁRIA**, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

25.2.1. Caução em dinheiro;

25.2.2. Fiança bancária, observada a minuta constante do **ANEXO X** deste **EDITAL**;

25.2.3. Seguro-garantia, observando-se a Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013; ou

25.2.4. Títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados seus valores conforme definidos pelo Ministério da Fazenda.

25.3. As cartas-fiança deverão ser contratadas junto a instituições devidamente qualificadas e deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da data de eficácia do **CONTRATO**, sendo de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** mantê-las



em plena vigência e de forma ininterrupta durante toda a **CONCESSÃO**, bem como promover as renovações e atualizações que forem necessárias para tanto

25.4. Os seguros-garantia deverão ser contratados junto a Seguradoras, devidamente regularizadas pela SUSEP, e deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar do início da vigência do **CONTRATO**, sendo de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** mantê-los em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o **PRAZO** da **CONCESSÃO**, bem como promover as renovações e atualizações que forem necessárias para tanto.

25.5. Qualquer modificação do conteúdo da carta-fiança ou do seguro-garantia deverá ser previamente submetida à aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

25.6. O valor da garantia será liberado à **CONCESSIONÁRIA** após o integral cumprimento do **CONTRATO**, suprimindo-se, se for o caso, os valores devidos pela aplicação de eventuais penalidades e descumprimento de obrigações por parte da **CONCESSIONÁRIA**.

26. CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO

26.1. A remuneração da **CONCESSIONÁRIA** será efetivada, observando-se as condições fixadas no **CONTRATO**, das seguintes formas:

26.1.1. RECEITAS ORDINÁRIAS: são as receitas originárias da remuneração mensal (Contraprestação Pecuniária) paga pelo Ente Municipal (**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA**) e remuneração mensal (Tarifa do Usuário Final — TUF) paga pelo **USUÁRIOS (CIDADÃOS)**, pela efetiva prestação dos serviços **OBJETO** da **CONCESSÃO** pela **CONCESSIONÁRIA**;

26.1.2. RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS: são as receitas oriundas de atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, autorizados, no que couber, pelo **PODER CONCEDENTE**, compreendendo: i) os valores da venda, a terceiros, de subprodutos ou serviços resultantes do processamento dos resíduos recebidos; ii) os



valores de serviços de gestão de resíduos a terceiros públicos ou privados; e iii) outras receitas de atividades não previstas na proposta, tais como publicidade, entre outras.

26.2. As despesas da remuneração dos serviços prestados aos **MUNICÍPIOS** que venham a integrar os serviços elencados na **TEP** prestados por força do **CONTRATO** correrão à conta da dotação orçamentária do(s) Município(s), devidamente consignadas no Plano Plurianual e nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais.

26.2.1. O pagamento, pelos **MUNICÍPIOS** da região circunvizinha que venham a integrar os serviços elencados na TEP, prestados por força do **CONTRATO**, será efetuado dentro da forma e das condições fixadas no **CONTRATO**.

27. BENS

27.1. O regime dos bens, reversíveis ou não, empregados na execução da **CONCESSÃO**, é regido pelo item 27 do **CONTRATO**.

28. OBRIGAÇÕES E DIREITOS

28.1. As obrigações e os direitos da Prefeitura Municipal de Barra, da **AGÊNCIA REGULADORA** e da **CONCESSIONÁRIA** estão discriminados no **CONTRATO**.

29. ASSUNÇÃO DE RISCOS

29.1. As definições sobre os riscos a serem assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** ou pelo **PODER CONCEDENTE** encontram-se discriminadas no **ANEXO V** deste **EDITAL**.

Ao apresentar a **PROPOSTA**, a **LICITANTE** assume que:

29.1.1. Tem pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no **CONTRATO** de **CONCESSÃO**;

29.1.2. Levou os riscos em consideração na formulação de sua **PROPOSTA ECONÔMICO-FINANCEIRA** e posterior assinatura do **CONTRATO**, se



vencedora; e

29.1.3. Eventuais fatos e circunstâncias que venham a ocorrer e não estejam definidas textualmente na Matriz de Riscos do **ANEXO V** serão consideradas como risco da **CONCESSIONÁRIA**.

30. REVISÃO

30.1. A revisão do **CONTRATO** de **CONCESSÃO** tem como objetivo a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e poderá ocorrer na modalidade ordinária ou extraordinária, abrangendo aspectos relativos ao **PODER CONCEDENTE** e à **CONCESSIONÁRIA**, na forma estabelecida nos itens 21 e 22 do **CONTRATO**.

31. REAJUSTE

31.1. O reajuste consiste na atualização dos valores das **REMUNERAÇÕES** (Contraprestações Pecuniárias e Tarifa do Ente Público), necessária à manutenção da sua expressão econômica ao longo do tempo, tendo em vista os aumentos de custos pertinentes à inflação.

31.1.1. O reajuste das **REMUNERAÇÕES** será calculado de acordo com as fórmulas e condições constantes do item 23 do **CONTRATO** (ANEXO II deste EDITAL), com periodicidade mínima de 12 meses.

32. EXTINÇÃO

32.1. A extinção da **CONCESSÃO** dar-se-á nas hipóteses e condições previstas na Lei Federal nº 8.987/95, incluindo eventuais alterações, e no **CONTRATO**.

33. SUBCONCESSÃO

33.1. A execução dos serviços concedidos incumbe exclusivamente à **CONCESSIONÁRIA**, não sendo admitida a subconcessão.



34. SUBCONTRATAÇÃO

34.1. Será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO** de empresas, denominadas simplesmente **SUBCONTRATADAS**, para a prestação de serviços relacionados ao **OBJETO** do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, devendo a Prefeitura Municipal de BARRA ser comunicado das **SUBCONTRATAÇÕES** realizadas. Não será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO** de pessoa física ou jurídica que tenha vínculo com dirigentes da Prefeitura Municipal de BARRA ou de quaisquer dos gestores da Prefeitura Municipal de BARRA.

34.2. A **CONCESSIONÁRIA** assume total e exclusiva responsabilidade de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária ou qualquer outra, relativa às **SUBCONTRATADAS**, empregados e terceirizados.

35. SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS

35.1. A **CONCESSIONÁRIA** poderá ser penalizada por descumprimento total ou parcial de quaisquer condições ou obrigações decorrentes do **CONTRATO** e deste **EDITAL** de **LICITAÇÃO**, assegurados o prévio contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

35.2. Caberá à **AGÊNCIA REGULADORA** a aplicação das penalidades correspondentes às faltas ou infrações cometidas, com gradação em função da natureza da infração.

35.3. O descumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, das condições do **CONTRATO**, de seus **ANEXOS**, bem como das disposições legais e regulamentares aplicáveis, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades previstas na legislação de regência (incluindo as normas regulamentares editadas pela **AGÊNCIA REGULADORA**), a aplicação, isolada ou concomitante, das seguintes penalidades:

35.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que



não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

35.3.2. Multa sobre o valor estimado do(s) item(s) / grupo prejudicado(s) pela conduta do licitante, conforme o caso, de acordo com o Termo de Referência;

35.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

35.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos; e

35.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição e até que seja promovida a reabilitação da CONCESSIONÁRIA perante a Administração Pública dos MUNICÍPIOS, que será concedida sempre que forem ressarcidos os prejuízos resultantes à Administração e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

35.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

35.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização — PAR, nos termos do Decreto nº 18.484, de 13 de março de 2018.

35.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos



termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade
administrativa

35.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

35.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

35.9. A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da **CONCESSIONÁRIA**, devendo o **PODER CONCEDENTE** assegurar a devolução, pela **CONCESSIONÁRIA**, ou a neutralização de toda e qualquer vantagem obtida com a prática da infração, podendo, para tanto, executar a **GARANTIA DE EXECUÇÃO** do **CONTRATO** e/ou adotar as demais medidas administrativas e judiciais pertinentes.

35.10. O processo de aplicação das sanções previstas no **CONTRATO** terá início com a lavratura de auto demonstrando a infração praticada pela **CONCESSIONÁRIA**, contendo os detalhes da infração cometida e a indicação da sanção aplicável.

35.11. Lavrado o auto, a **CONCESSIONÁRIA** será intimada para, no prazo de 15 (dez) dias úteis, apresentar defesa prévia, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando o prazo será de 20 (vinte) dias.

35.12. No mesmo prazo de que trata o subitem anterior, a **CONCESSIONÁRIA** poderá demonstrar a regularização da falha relacionada à infração imputada, hipótese em que a penalidade aplicável deverá ser reavaliada.

35.13. Na fase de instrução, a **CONCESSIONÁRIA** pode requerer, fundamentadamente, diligência e perícia, juntar documentos e/ou pareceres e aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, cabendo à **AGÊNCIA**



REGULADORA recusar as provas ilícitas e/ou medidas impertinentes, desnecessárias ou protelatórias

35.14. Encerrada a instrução processual, a **AGÊNCIA REGULADORA** decidirá sobre a aplicação da sanção, estando facultado à **CONCESSIONÁRIA** a interposição de recurso direcionado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do ato.

35.15. Na hipótese da sanção de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante previsto na Lei Federal nº 14.133/21.

35.16. Após a decisão de eventual recurso interposto pela **CONCESSIONÁRIA**, será emitida, na hipótese de aplicação da penalidade de multa, documento de cobrança contra a **CONCESSIONÁRIA**, que deverá pagar o valor a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA** em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

35.17. A falta de pagamento da multa no prazo estipulado implicará a incidência automática de juros de mora vinculados à variação *pro rata* da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que, na falta de pagamento, será adotada pelo **PODER CONCEDENTE** a sistemática prevista no item 27.1.11 do **CONTRATO**.

35.18. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão em favor do **PODER CONCEDENTE**.

35.19. A aplicação das sanções previstas no **CONTRATO** pelo descumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA** não se confunde com o mecanismo de pagamento fundado na sistemática de avaliação dos **INDICADORES DE DESEMPENHO**, prevista no **ANEXO IV** deste **EDITAL**.

35.20. Independentemente dos direitos e princípios previstos no **CONTRATO**,



poderão ser tomadas medidas cautelares urgentes, desde que sejam observados os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, que não se confundem com o procedimento de intervenção, nas seguintes situações:

35.20.1. Risco de descontinuidade da prestação da **CONCESSÃO**;

35.20.2. Dano grave aos direitos dos cidadãos, à segurança pública ou ao meio ambiente;

35.21. Outras situações em que se verifique risco iminente, desde que motivadamente.

35.22. O valor limite acumulado de multas por mês é de 1% (um por cento) do valor anual do **CONTRATO**, apurado com base na média do valor do **CONTRATO** no período de 12 (doze) meses anteriores à data da infração.

35.23. Alternativamente, a critério do **PODER CONCEDENTE**, o limite poderá ser estabelecido em termos de prazo (dias), sendo que qualquer infração ou inadimplência na prestação dos serviços não poderá se prolongar por mais de 90 (noventa) dias.

35.24. Assim que for atingida a primeira condição limite, o **CONCEDENTE** poderá intervir na administração da **CONCESSIONÁRIA**, a fim de obter a realização do serviço ou o cumprimento da obrigação contratual, agindo posteriormente contra a **CONCESSIONÁRIA** para fins de ressarcimento de eventuais despesas ou para a regularização definitiva do problema.

35.25. Observadas as regras e condições do subitem 29 do **CONTRATO**, poderão ser aplicadas, ainda, as seguintes multas à **CONCESSIONÁRIA**, calculadas sobre o valor da **RECEITA ORDINÁRIA anual**, apurado nos 12 (doze) meses anteriores à data da infração:

35.25.1. Multa indenizatória de 1% (um por cento), quando a **CONCESSIONÁRIA**:

- (i) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- (ii) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a



terceiros;

(iii) desatender às determinações da fiscalização;

(iv) cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;

(v) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao **CONCEDENTE** ou a terceiros, independente da obrigação da **CONCESSIONÁRIA** em reparar os danos causados.

35.26. Multa indenizatória de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor anual do **CONTRATO**, na hipótese de rescisão contratual por culpa da **CONCESSIONÁRIA**.

35.27. As multas devidas pela **CONCESSIONÁRIA** por força do **CONTRATO** deverão ser recolhidas a Prefeitura Municipal de BARRA, sob pena de o **CONCEDENTE** executar a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, a fim de satisfazê-las.

35.28. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, CAFIMP, CEIS E CNEP;



36. ANEXOS DO EDITAL

Constituem **ANEXOS** deste **EDITAL**:

ANEXO I – CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO II – CONTRATO DE CONCESSÃO

ANEXO III – PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL

ANEXO IV – INDICADORES DE DESEMPENHO

ANEXO V – MATRIZ DE RISCOS

ANEXO VI – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOCUMENTAÇÃO

ANEXO VII – MODELO DE PROCURAÇÃO

ANEXO VIII – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

ANEXO IX A a E – DECLARAÇÕES

ANEXO X – MODELO DE CARTA-FIANÇA BANCÁRIA

ANEXO XI – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ANEXO XII – FORMULÁRIO DE GARANTIA DA PROPOSTA

**ANEXO XIII A – MODELOS DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE
PREÇO**

ANEXO XIV – VALUE FOR MONEY

BARRA, BA – 21 de novembro de 2024

ED CARLOS DO NASCIMENTO SANTIAGO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
DECRETO 033/2024